

**REPERCUSSÕES PSICOEMOCIONAIS PARA CRIANÇAS INSERIDAS EM
CONTEXTOS HOMOPARENTAIS**

Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
Hospital de Base do Distrito Federal
Unidade de Psiquiatria

**REPERCUSSÕES PSICOEMOCIONAIS PARA CRIANÇAS INSERIDAS EM
CONTEXTOS HOMOPARENTAIS**

THIAGO BLANCO VIEIRA

Brasília – DF

Janeiro/2011

Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
Hospital de Base do Distrito Federal
Unidade de Psiquiatria

**REPERCUSSÕES PSICOEMOCIONAIS PARA CRIANÇAS INSERIDAS EM
CONTEXTOS HOMOPARENTAIS**

THIAGO BLANCO VIEIRA

Monografia apresentada à Unidade de Psiquiatria do Hospital de Base do Distrito Federal como requisito parcial para a aprovação/conclusão do Programa de Residência Médica em Psiquiatria.

Orientadora: **Dra. Rosa Maria Melloni Horita**

Brasília – DF

Janeiro/2011

Dedico esse trabalho aos que incansavelmente repensam o cuidar, expandindo os limites da qualificação, primando pelo bem-estar do outro (do paciente, do filho) como princípio fundamental.

Aos que recusam a tomar verdades alheias como suas sem antes imbuir-se de todos os elementos disponíveis para alcançar a verdade por trás dos valores sociais tradicionalmente apregoados ao pensamento coletivo

Aos que sejam, por qualquer que seja o motivo, influenciados pelos conhecimentos expostos nesta obra.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho encerra um árduo e extenso percurso que finda na consagração da minha habilitação enquanto psiquiatra. A aridez do trajeto exigiu (e proporcionou) que tantos assumissem papel como elementos inequivocadamente fundamentais para o alcance desse momento, materializado pela confecção desta obra.

O simples propósito de escolher o estudoda família para este trabalho, apesar de uma construção tão moderna e específica de família (que não se aplica à minha), por si, espelha a relevância que esta instituição social se apresenta para mim. Meus pais sempre conduziram brilhantemente (mesmo com reconhecimento de sua imperfeição) a formação que recebi. Devo tanto a eles! Um agradecimento que se estenda longamente é o que desejo com a eternização das palavras aqui transcritas.

A poucos é concedida a possibilidade de experimentar a fraternidade biológica no nível mais intenso possível. Isso ocorre apenas na gemelaridade. Ao meu irmão gêmeo, Danilo, meu agradecimento por ter compartilhado tanto!

Entender-me psiquiatra perpassa fundamentalmente o reconhecimento dos elementos que me conduziram a este fim. Ao revisar o alicerce que sustenta esta conquista, o foco mira nitidamente a Dra. Dilma. Espelhando-me em sua imagem, enquanto professora, psiquiatra e gestora, foi que fiz as escolhas que findaram no resultado aqui representado.

Porém o entendimento da condição de especialista neste momento não contempla apenas a reflexão histórica dos passos iniciais que orientaram essa formação, mas o reconhecimento do que determinou saber o significado de ser psiquiatra e de como melhor exercer essa profissão. Por isso, não me escapa o agradecimento imensurável que devo dedicar (e o faço de forma sincera e emocionada) aos preceptores e colaboradores da Unidade de Psiquiatria do Hospital de Base. Dra. Cláudia, Dra. Moema, Dra. Márcia, Dr. Arilson, Dra.

Mercedes, Dra. Margareth, Dra. Flávia, Dra. Gláucia, Dra. Miriam, Dra. Marlene, Dr. Elias Abdalla: levo cada um eternizado em minha biografia pela convivência e os inconfundíveis ensinamentos de cada um de vocês. Já é possível reconhecer cada um no dia-a-dia do exercício da psiquiatria por mim.

Pode parecer que tenha esquecido algum preceptor, mas abro um parágrafo adicional ao qual devo dedicar àquela que instigou ainda mais meu prazer em dedicar-me ao cuidado em psiquiatria. À Dra. Rosa, a quem elegi como minha orientadora nesse trabalho e a quem dispenso grande admiração, permitam-me oferecer um agradecimento especial. Também na sua imagem projeto a construção futura da minha figura enquanto médico, docente e cuidador.

A ordem de agradecimentos em nada implica no valor dos aqui lembrados. Por isso, não permitam-se sentir menos importantes os citados a seguir por que seria nada mais que uma falácia induzida pela disposição textual. Aos colegas residentes, involuntariamente importantes docentes da arte do convívio e da construção do trabalho em coletividade: Henrique, Custódio e Ana Lúcia, é em nome de vocês, amigos mais que queridos, que agradeço a todos os demais.

Igual, é imperativo que eu dedique um importante agradecimento à equipe de enfermagem e auxiliares que permitiram a manutenção de um ambiente mais que agradável: amistoso e cooperativo nestes anos de trabalho na Unidade de Psiquiatria. À Célia e Angélica, em nome dos enfermeiros, e ao Luiz e Dona Graça, em nome dos demais, meu mais terno agradecimento.

Tantos outros amigos suportaram o cotidiano da vida, tornando-a mais amena e em tantas vezes, diria até na maior parte das vezes, tão prazerosa. Em algum momento, garantiram até a sobrevivência que por hora estive tão agudamente limítrofe. Tantos os são que seria inexequível citá-los nominalmente. Não me esquivo, no entanto, de dizer-lhes em

presença o quão grato sou sempre que posso. Por isso em nada receio que a quem de direito é válido este agradecimento, reconheça instantaneamente a destinação a si mesmo tão logo a leia.

Edilson e Paulo César, o tempo de amizade não tem qualquer relação diretamente proporcional com o nível de importância que vocês têm, ao contrário. Também agradeço a vocês a felicidade com que me contagiam e que me permitiu tamanho entusiasmo para concluir esse trabalho.

Finalmente, agradeço aos desígnios divinos que permitiram tal conquista e pelo acalento à alma que a crença na figura do Ser onipotente sempre me proporciona.

¹RESUMO

Justificativa e Aplicabilidade ao SUS:

Discutir a homoparentalidade nas suas mais diversas facetas apresenta-se com relevância amplamente reconhecida no contexto atual. O reforço social extenso para a aceitação da homossexualidade e para a conquista e garantia dos direitos civis e humanos a esse grupo compõe elemento fundamental para alicerçar a consolidação do tema nos mais variados circuitos de debate. Isso por que no contexto político e social que cerca a homossexualidade atualmente enraíza-se a inexorável legalização futura da união conjugal entre pessoas do mesmo gênero e a constituição consequente de uma “nova” modalidade jurídica de unidade familiar.

Em se tratando de família, no tocante à constituição familiar plena, a filiação assume papel de destaque e objeto de desejo de grande parte também desses casais (homoafetivos). No entanto, as implicações para a criança criada por esse núcleo familiar no que diz respeito aos aspectos psicoemocionais e de desenvolvimento sexual devem ser exaustivamente estudados e previstos para garantir a saúde plena dessas crianças.

O Sistema Único de Saúde (SUS) constitui, por definição, “o conjunto de ações e serviços de saúde (...) mantidos pelo Poder Público” com o objetivo de garantir as condições indispensáveis para o pleno exercício da mesma. Faz-se saber por letra de lei que a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, o meio ambiente, a educação, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. Mais ainda, explicita-se em lei quedizem respeito também à saúde as ações que se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.

¹Resumo elaborado para o Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS 2011, oferecido pelo Ministério da Saúde do Brasil.

A família constitui no seu papel fundamental constructo fomentador de grande parte desses fatores, o que a consagra como elemento de grande relevância na garantia do direito à saúde. Sendo este um dever do Estado e o SUS o veículo através do qual o exerce, o estudo das famílias, incluindo suas variáveis e variantes, é função que se aplica inquestionavelmente à esfera pública da saúde.

Mais ainda, no papel social que se aplica ao SUS também insere-se relevante o estudo familiar aplicado à homossexualidade. De modo a trazer à perspectiva cotidiana a realidade social na qual constituem-se as minorias, a homossexualidade deve ser alvo de atenção pela saúde pública. Neste caso, de forma indireta, através do estudo das relações familiares e sociais das crianças vinculadas a contextos homoparentais.

As pesquisas sobre famílias constituídas por gays e lésbicas no Brasil, muito embora estejam apenas iniciando, vêm progressivamente conquistando o interesse acadêmico. O momento atual é de mapeamento e constituição de modelos de análise. O fato é que publicações sobre o assunto em periódicos nacionais são escassos. Em se tratando de abordagens médicas e/ou psicológicas praticamente inexistentes.

Introdução:

Historicamente, nota-se uma marcante polarização da discussão acerca das potenciais repercussões do vínculo homoparental para crianças e/ou adolescentes.

De um lado, firma-se a esfera conservadora alegando que a exposição ao contexto homoparental seria francamente danoso ao desenvolvimento individual. Nessa argumentação pelo menos sete aspectos são elencados como potencialmente distorcidos ou induzidos direta ou indiretamente em virtude dessa exposição: funcionamento emocional (capacidade de relacionar-se, intimidade, experimentação e expressão de sentimentos), preferência sexual, estigmatização/*bullying*, características comportamentais ligadas ao gênero (hábitos e comportamentos característicos de cada sexo), ajustamento social (comportamento em

concordância com o que socialmente se espera do indivíduo para uma dada idade e sexo), identidade de gênero e funcionamento cognitivo.

No pólo oposto, reúnem-se os grupos sociais de defesa da comunidade homossexual, entidades de defesa dos direitos sociais e individuais, organizações ligadas às ciências sociais e psicologia. Estes entendem que não há motivação que justifique o impedimento ou qualquer restrição à formalização de indivíduos homossexuais como pais qualquer que seja o meio, tampouco dessas “famílias” como ambientes potencialmente saudáveis para o desenvolvimento de qualquer indivíduo.

Chama-nos atenção o fato da recente reforma da lei brasileira que regulamenta as adoções não resguardar explicitamente o direito de adoção a casais homossexuais (LEI Nº 12.010, de 3 de Agosto de 2009). Não a impede, porém deixa a critério do magistrado responsável pelo caso específico o ônus da decisão.

Esta omissão parece uma ambivalência do legislador quanto ao tema: de um lado aceita a união homossexual como possibilidade de constituição de núcleo familiar e potencialmente factível à recepção de uma criança adotada, mas por outro não assume explicitamente a responsabilidade por autorizar tal vinculação parental. Tal circunstância seria secundária à dúvida quanto a potenciais implicações negativas para a criança ou o legislador preferiu não comprometer-se com uma parcela social conservadora em que há ainda um preconceito social arraigado contra o homossexual e a união homoafetiva?

Objetivos:

Objetivo Geral: Analisar as repercussões filiais da homoparentalidade, no tocante à saúde mental, enquanto modalidade de vinculação afetiva parental crescente na sociedade contemporânea.

Objetivos Específicos: - Resgatar e analisar o arsenal teórico publicado a respeito da homoparentalidade.

- Identificar potenciais repercussões negativas da homoparentalidade e sua relevância enquanto justificativa para negativa à adoção por requerentes homossexuais.

- Estabelecer os componentes variáveis e fixos no tocante ao desfecho do desenvolvimento de um indivíduo inserido em lar homoparental.

Metodologia:

Trata-se de um estudo descritivo, caracterizado por uma revisão sistemática da literatura disponível acerca do tema em questão.

A busca dos artigos avaliados na pesquisa constituiu-se de acesso a acervo da base de dados *PubMed*, escolhida em virtude da grande quantidade de revistas incluídas no escopo do banco de dados. Através da busca por palavras-chave e palavras presentes no título, a dizer: “*homosexual*”, “*parent*”, “*child*”, recorreu-se à leitura dos resumos e através dela foi realizada uma primeira avaliação e seleção dos artigos quanto à sua adequação para permitir alcance dos objetivos propostos.

O primeiro filtro de pesquisa determinou seleção de 574 artigos. A avaliação subsequente, pela leitura dos resumos, reduziu o número de artigos com conteúdo aplicável ao objetivo desta pesquisa a 73 textos. Destes, cinco artigos não foram disponibilizados para leitura pelos periódicos nos quais foram publicados nas pesquisas realizadas pelo portal CAPES, realizado pela Biblioteca Central do Ministério da Saúde, em Brasília-DF.

Em seguida, com os artigos selecionados disponíveis na íntegra, coube ao autor ler todas as referências e em caso de inadequação ao conteúdo do trabalho em questão excluí-los

da seleção. Este processo determinou um montante de artigos correspondente a 63 trabalhos citados no escopo desta revisão.

Mais ainda, livros impressos aos quais o autor tomou ciência por pesquisa em redes de busca de livros ou indicações por outros profissionais interessados pelo tema também compuseram referências incluídas nas fontes de informação para composição do escopo científico incluído para a elaboração da pesquisa. Esta forma de acesso à referências gerou soma de oito títulos empregados na descrição do artigo em questão.

Resultados:

Observou-se do escopo bibliográfico arrolado nesta revisão que a parentagem homossexual organizou-se entremeada a um enraizamento histórico de mitos acerca da homossexualidade *per si* e da maternagem como elemento intrínseco e exclusivo ao sexo feminino.

Dos estudos revisados, pode-se identificar e avaliar algumas das crenças mais difundidas e discuti-las conforme os achados apresentados pelas pesquisas realizadas em vários países do mundo: 1) os pais gays seriam doentes que se arriscam a transmitir sua homossexualidade aos filhos. Não existe qualquer evidência de que os filhos de homossexuais tenham maior tendência à homossexualidade do que outras crianças. 2) o gay seria um obcecado por sexo e o pai homossexual teria tendência a atacar seus próprios filhos, ou a deixar que seus amigos o fizessem. O que também não se mostrou verdadeiro. As pesquisas mostram que o homossexual é com muito menos frequência culpado de atos delituosos do que o heterossexual. Comportamentos incestuosos ou atentados ao pudor são raros entre pais homossexuais. 3) os pais gays exporiam seus filhos à perseguição pela sociedade. É verdade que pais que vivem abertamente sua homossexualidade fazem os filhos correr o risco de

serem desprezados e rejeitados por seus pares e pelos adultos. Mas as pesquisas mostram que sendo esses pais sensíveis a esse *handicap* eles fazem o que podem para proteger seus filhos.

Não há dúvida quanto à existência de especificidades relativas à parentalidade exercida por homossexuais. Porém os dados encontrados indicam que a busca da melhor família possível para qualquer criança num dado momento não versa sobre a adequação entre orientação sexual e parentalidade. A maturidade emocional, flexibilidade e abertura; o compromisso de cada parceiro em relação ao outro e a estabilidade da relação; a experiência daqueles que desejam filhos com crianças; a habilidade de distinguir as necessidades das crianças das suas próprias; e as formas de sustento, estas sim, são variáveis definidoras da conveniência da parentagem.

Estas considerações, no entanto, não podem dissimular as dificuldades encontradas pelos filhos de homossexuais. De pronto, a necessidade de guardar segredo, mesmo de seus círculos mais próximos, o medo de trair o pai (ou a mãe) ou de ser alvo de zombarias cria uma penosa sensação de isolamento. O filho inevitavelmente recebe em plena face a homofobia dissimulada da sociedade.

No entanto, sabe-se que é a convivência com a pluralidade de arranjos familiares que fará a sociedade assumir novas posturas e desfazer resistências. Portanto, espera-se uma minimização da homofobia à medida que a expressão dos homossexuais conquistada nos últimos anos siga ampliando-se no contexto atual.

Conclusão:

As evidências proporcionam um vasto acumulado de informações sobre esta estrutura familiar particular e das crianças estudadas.

De modo geral, o entendimento dos autores é que os valores fundamentais para relações parentais bem estabelecidas são aqueles referentes a escuta, disponibilidade e tolerância, o que a parentalidade homossexual contempla sem distinção em relação à parentalidade heterossexual. Portanto, não se tem claro que a orientação sexual influi ou determina as qualidades e o desempenho das funções parentais.

Os dados apontam que estas crianças, de fato, estão indo tão bem quanto as crianças normalmente o fazem. Porém a existência de achados opostos em diferentes estudos gera controvérsia em alguns aspectos. Para extinguí-la as pesquisas carecem de desenhos metodológicos mais refinados, que permitam validação externa mais consistente.

Espera-se que este estudo estimule a ampliação da produção científica sobre o assunto, especialmente no Brasil onde praticamente inexistem pesquisas a respeito. Felizmente, as pesquisas têm se aperfeiçoado, e muito em breve teremos respostas mais claras. Através destes anos, os métodos de pesquisa foram aperfeiçoados e a população homossexual tem se tornado mais fácil de estudar.

Do ponto de vista de assistência à criança, em famílias homoparentais, é fundamental que a equipe de assistência a essa população de crianças reconheça que sua constelação familiar pode ser motivo de estresse social extra no decorrer de seu desenvolvimento. Assim que, é importante acessar tal condição com frequência, perguntando às crianças sobre o assunto, como lidam e manter diálogo aberto sobre sua família. Abordagens diretas sobre dificuldades na escola, estigmatização, isolamento e tensões com os contatos dessas crianças pode permitir que elas recorram a auxílio quando precisarem.

²RESUMO

Objetivo: Analisar as repercussões filiais da homoparentalidade, no tocante à saúde mental, enquanto modalidade de vinculação afetiva parental crescente na sociedade contemporânea.

Metodologia: Estudo descritivo, caracterizado por uma revisão sistemática da literatura disponível acerca do tema em questão. Concorreu para a pesquisa revisão de 68 artigos com conteúdo aplicável ao objetivo da pesquisa e outros oito títulos de obras impressas aos quais o autor tomou ciência por pesquisa em redes de busca de livros ou indicações por outros profissionais interessados pelo tema. *Resultados:* A revisão dos artigos evidenciou elementos que permitiram reunir os achados e argumentos acerca dos principais temas ligados ao debate sobre a homoparentalidade: transmissibilidade/indução da homossexualidade aos filhos, violência sexual contra crianças no contexto homoparental, *bullying* contra crianças homoparentais, instabilidade dos relacionamentos homossexuais, dificuldades emocionais/funcionamento adaptativo de crianças homoparentais, desenvolvimento sócio-cognitivo e outras considerações. Os trabalhos nitidamente mostram-se em distribuição polarizada de resultados: de um lado um grupo de autores que defende francamente a impropriedade da negação ou questionamento da adequação da homoparentalidade para a criança inserida nesse contexto; e em outro, um grupo declaradamente contrário à homossexualidade e principalmente à concessão do direito de exercer o papel de pai ou mãe a homossexuais, sob risco de causar distorções e sofrimento para a criança. *Conclusão:* Os achados são controversos e as pesquisas carecem de desenhos metodológicos mais refinados, que permitam validação externa mais consistente. Espera-se que este estudo estimule a ampliação da produção científica sobre o assunto, especialmente no Brasil onde praticamente inexitem pesquisas a respeito.

Palavras-chave: homossexualidade, homoparentalidade, desenvolvimento infantil

² Resumo original.

SUMÁRIO

RESUMO

1 – INTRODUÇÃO.....	16
2 – OBJETIVOS.....	20
3 – MÉTODO.....	21
4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	23
5 – CONCLUSÃO.....	84
6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	89

ANEXO

1 – INTRODUÇÃO

Discutir a homoparentalidade em suas mais variadas facetas apresenta-se com relevância amplamente reconhecida no contexto atual. Identificamo-la como pauta de ampla discussão em diversos cenários.

O reforço social extenso para a aceitação da homossexualidade e para a conquista e garantia dos direitos civis e humanos a esse grupo funcionaram como elemento fundamental para alicerçar a consolidação do tema nos mais variados circuitos de debate. Tanto que no contexto político e social que cerca a homossexualidade atualmente enraíza-se a inexorável legalização futura da união conjugal entre pessoas do mesmo gênero e a constituição consequente de uma “nova” modalidade jurídica de unidade familiar.

Em se tratando de família, no tocante à constituição familiar plena, a filiação assume papel de destaque e objeto de desejo de grande parte também desses casais (homoafetivos). No entanto, as implicações para a criança criada por esse núcleo familiar no que diz respeito aos aspectos psicoemocionais e de desenvolvimento sexual devem ser exaustivamente estudados e previstos para garantir a saúde plena dessas crianças.

Estima-se que já ao final dos anos noventa, existiam cerca de três a cinco milhões de mães lésbicas e um a três milhões de pais gays nos Estados Unidos (PERRIN, 1996). Inicialmente essas relações parentais eram estabelecidas através de relacionamentos heterossexuais cuja revelação e aceitação da homossexualidade por um dos pais resultou em divórcio porém obviamente com manutenção do vínculo parental pelo par homossexual (GOTTMAN, 1989). Mais recentemente, número crescente de homens gays e lésbicas têm se tornado pais no contexto de uma relação homossexual desde o princípio.

Historicamente, nota-se uma marcante polarização da discussão acerca das potenciais repercussões do vínculo homoparental para crianças e/ou adolescentes.

De um lado, firma-se a esfera conservadora alegando que a exposição ao contexto homoparental seria francamente danoso ao desenvolvimento individual. Nessa argumentação pelo menos sete aspectos são elencados como potencialmente distorcidos ou induzidos direta ou indiretamente em virtude dessa exposição: funcionamento emocional (capacidade de relacionar-se, intimidade, experimentação e expressão de sentimentos), preferência sexual, estigmatização/*bullying*, características comportamentais ligadas ao gênero (hábitos e comportamentos característicos de cada sexo), ajustamento social (comportamento em concordância com o que socialmente se espera do indivíduo para uma dada idade e sexo), identidade de gênero e funcionamento cognitivo. (SCHUMM, 2008; CLARKE, 2004; ANDERSEN, 2002; SEARS, 1994).

No pólo oposto, agrupam-se os grupos sociais de defesa da comunidade homossexual, entidades de defesa dos direitos sociais e individuais, organizações ligadas às ciências sociais e psicologia. Estes entendem que não há motivação que justifique o impedimento ou qualquer restrição à formalização de indivíduos homossexuais como pais de crianças seja por meio de adoção ou por inseminação artificial. A concepção desse grupo compreende essa estrutura de constituição familiar como ambientes potencialmente saudáveis para o desenvolvimento de qualquer indivíduo.

Esta perspectiva ganhou reforço bastante consistente quando em 1980, a Associação Americana de Psiquiatria extinguiu definitivamente de seus manuais a homossexualidade como condição patológica (DSM-III, 1980), decisão plenamente apoiada pela Associação Americana de Psicologia. Porém foi a publicação da resolução desta última em 2004 declarando que “crianças criadas por homossexuais são tão mentalmente saudáveis quanto aquelas com pais heterossexuais” que solidificou-se como definitiva para este grupo na defesa de sua tese. (APA, 2004)

Chama-nos atenção o fato da recente reforma da lei brasileira que regulamenta as adoções não resguardar explicitamente o direito de adoção a casais homossexuais. (LEI Nº 12.010, de 3 de Agosto de 2009). Não a impede, porém deixa a critério do magistrado responsável pelo caso específico o ônus da decisão. Esta omissão da lei parece uma ambivalência ou uma dúvida do legislador quanto ao tema em questão: de um lado aceita a união homossexual como possibilidade de constituição de núcleo familiar e potencialmente factível à recepção de uma criança adotada para prestar os cuidados parentais mas por outro não assume explicitamente a responsabilidade por autorizar tal vinculação parental. Tal circunstância seria secundária à dúvida quanto a potenciais implicações negativas para a criança ou o legislador preferiu não comprometer-se com uma parcela social conservadora em que há ainda um preconceito social arraigado contra o homossexual e a união homoafetiva?

O Conselho Federal de Medicina, por seu turno, avançou nas discussões a respeito, havendo publicado em 06 de Janeiro de 2011 decisão tomada em plenária em Dezembro de 2010 a respeito da Resolução sobre as Normas Éticas para Utilização das Técnicas de Reprodução Assistida. Considerando “a importância da infertilidade humana como um problema de saúde, com implicações médicas e psicológicas, e a legitimidade do anseio de superá-las”, (o que se aplica à dupla homossexual enquanto casal infértil) o Conselho resolveu que “todas as pessoas capazes, que tenham solicitado o procedimento e cuja indicação não se afaste dos limites da resolução (CFM Nº 1957/2010), podem ser receptoras das técnicas de reprodução assistida desde que os participantes estejam de inteiro acordo e devidamente esclarecidos sobre o mesmo, de acordo com a legislação vigente”. (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA – Portal Médico, 2011)

O presidente do Conselho Federal de Medicina, Roberto D’Ávila, declarou explicitamente sua avaliação da resolução como um avanço já que “permite que a técnica seja desenvolvida em todas as pessoas, independente do estado civil ou orientação sexual”. E

completou: “é uma demanda da sociedade moderna; a medicina não tem preconceitos e deve respeitar todos de maneira igual”. (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA – Portal Médico, 2011)

Tais considerações permitem reconhecer a amplitude com que sobrevêm a inserção da temática em questão, tanto nos meios científico, social como político.

As pesquisas sobre famílias constituídas por gays e lésbicas no Brasil, muito embora estejam apenas iniciando, vêm progressivamente conquistando o interesse acadêmico. O momento atual é de mapeamento e constituição de modelos de análise (TARNOVSKI, 2010). O fato é que publicações sobre o assunto em periódicos nacionais são escassos. Em se tratando de abordagens médicas e/ou psicológicas praticamente inexistentes.

Isentos da pretensão de esgotar a discussão mas com o objeto de reunir variadas fontes com a finalidade de clarificar o conhecimento acerca tema, busca-se com esse trabalho proporcionar embasamento para constituir e orientar posicionamentos a respeito do assunto.

2 – OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar as repercussões filiais da homoparentalidade, no tocante à saúde mental, enquanto modalidade de vinculação afetiva parental crescente na sociedade contemporânea.

Objetivos Específicos

Resgatar e analisar o arsenal teórico publicado a respeito da homoparentalidade desde as publicações iniciais.

Identificar potenciais repercussões negativas da homoparentalidade e sua relevância enquanto justificativa para negativa à adoção por requerentes homossexuais.

Estabelecer os componentes variáveis e fixos no tocante ao desfecho do desenvolvimento de um indivíduo inserido em lar homoparental.

3 – MÉTODO

Descrição Geral do Estudo

Trata-se de um estudo descritivo, caracterizado por uma ampla revisão da literatura disponível acerca do tema em questão.

A busca dos artigos avaliados na pesquisa constituiu-se do acesso ao acervo da base de dados *PubMed*, escolhida em virtude da grande quantidade de revistas incluídas no escopo do banco de dados. Através da busca por palavras-chave e palavras presentes no título, a dizer: “*homosexual*” , “*parent*”, “*child*”, recorreu-se à leitura dos resumos e através dela foi realizada uma primeira avaliação e seleção dos artigos quanto à sua adequação para permitir alcance dos objetivos propostos.

O primeiro filtro de pesquisa determinou seleção de 574 artigos. A avaliação subsequente, pela leitura dos resumos, reduziu o número de artigos com conteúdo aplicável ao objetivo desta pesquisa a 73 textos. Destes cinco artigos não foram disponibilizados para leitura (na íntegra) através da busca realizada pelo portal CAPES, conduzida pela Biblioteca Central do Ministério da Saúde, em Brasília-DF.

Em seguida, com os artigos selecionados disponíveis na íntegra, coube ao autor ler todas as referências e em caso de inadequação ao conteúdo do trabalho em questão excluí-los da seleção. Este processo determinou um montante de artigos correspondente a 63 trabalhos citados no escopo desta revisão.

Mais ainda, livros impressos aos quais o autor tomou ciência por pesquisa em redes de busca de livros ou indicações por outros profissionais interessados pelo tema também compuseram referências incluídas nas fontes de informação para composição do escopo

científico incluído para a elaboração da pesquisa. Esta forma de acesso à referências gerou soma de oito títulos empregados na descrição do artigo em questão.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA E A PARENTALIDADE HOMOSSEXUAL

Tradicionalmente, a família como instituição social tem como função proporcionar um primeiro contato com as regras sociais, inculcar hábitos e produzir e reproduzir padrões culturais para os indivíduos. Enfim, o papel fundamental é ser um agente socializador (UZIEL, 2007; ALLEN & BURREL, 1996).

As crianças geradas e educadas em contextos familiares caracterizados por casamentos sólidos são tidas, tradicionalmente, como mais aptas a obter sucesso educacional, profissional, afetivo e social, bem como a proporcionar estabilidade para a sociedade. A instituição social em questão qualifica a sociedade, segundo esta perspectiva, como uma organização mais equilibrada (CAMERON, 1999).

Não obstante, o estudo familiar contemporâneo exige que se lide com a percepção de que a noção de família vem se modificando ao longo dos anos. Novas modalidades familiares foram fundadas e seus membros, incluindo as crianças (os filhos), conseqüentemente inseridas nesses novos contextos.

Concorrente a isso, delas foi inevitavelmente sendo exigido plasticidade sócio-cultural para lidar com tais mudanças. Tomando por base a consagração da família como entidade composta por pais e filhos, a expansão das variantes estruturais dessa instituição social determinou surgimento de novos acessos à parentalidade e à filiação.

Cabe acrescentar, nesse tocante, que a família nuclear, modelo inspirador da sociedade ocidental, tornou-se e é atualmente cada vez mais uma experiência minoritária (UZIEL, 2007; GREENFELD, 2005; PATTERSON, 2002).

Mais do que uma remodelação da estrutura em si, aos poucos, a família tradicional organizada sobre o pai provedor, a mãe encarregada dos afazeres domésticos e os filhos agradecidos pelo amor incondicional foi historicamente sendo substituída por núcleos baseados nas relações interpessoais de afeição, companheirismo e compreensão, nas quais se reconhecem as necessidades de cada um de seus membros. A novidade fundamental, portanto, é que a família do final do século XIX e início do século XX engendra a priorização do sentimento, a exigência afetiva e sexual, e a realização pessoal através da relação conjugal (UZIEL, 2007).

Os atributos parentais mudam em consonância com tais reorganizações da estrutura familiar padrão: escuta, disponibilidade e tolerância passam a ser valores estruturantes dessas relações. Mais ainda, a conjugalidade deixa de ser condição para o exercício da parentalidade (UZIEL, 2007).

No entanto, há que se reconhecer que, por mais que estejamos falando de mudanças no que concerne à definição e organização familiares e às novas exigências sobre o desempenho parental, a distinção do gênero determinando atributos qualificados para a função de “cuidador/educador” permanece inculcado na sociedade contemporânea.

A idéia prevalente no imaginário coletivo configura a maternagem como um componente inato das mulheres. Isto é conhecido como o “mito do instinto materno” (BADINTER, 1993).

A teoria do instinto materno postula que a mãe é a única capaz de cuidar do recém-nascido e da criança porque foi determinada biologicamente para isso (CIANO-BOYCE, 2002; ARIEL, 2000; BADINTER, 1993).

A verdade, no entanto, como nos explica Badinter (1993), é outra.

A maternagem, segundo este autor, é um processo infinitamente complexo e imperfeito. Longe de ser um instinto, ele é condicionado por variados fatores independentes da “boa natureza” ou da “boa vontade” de seu executor. No caso das mães, depende não só da história pessoal de cada mulher, da conveniência da gravidez, de seu desejo de ter a criança, de sua relação com o pai, mas também de outros fatores: sociais, culturais, profissionais, dentre outros (BADINTER, 1993).

Indevelmente sabe-se, na atualidade, que quando as circunstâncias o exigem, os homens cuidam dos bebês tão bem quanto as mulheres. O pai pode ser tão sensível, afetuoso e competente quanto a mãe. No geral, pais conseguem se arranjar bem, sobretudo quando sabem mobilizar sua feminilidade para ser pai e mãe ao mesmo tempo (CIANO-BOYCE, 2002; BADINTER, 1993).

O número crescente de pais que educam sozinhos seus filhos na maioria das sociedades ocidentais reforçam a desconstrução dessa distorção acerca do papel do gênero no cuidado com crianças.

Mais que o gênero, Kirkpatrick (2004) e Ciano-Boyce & Shelley-Sireci (2002) apontam que o desenvolvimento de uma identidade parental ultrapassa os limites da orientação sexual.

A família homossexual e a homoparentalidade

Entre esses novos arranjos familiares, os compostos por pais gays são os mais controversos, embora a educação de crianças por pais homossexuais não seja novidade. Por mais que direitos patrimoniais venham sendo concedidos sem maiores objeções, qualquer

alusão ao direito de família quando se trata de pessoas do mesmo sexo é rechaçada (UZIEL, 2007).

O processo histórico que envolve o homossexualismo e o modo como foi percebido e rejeitado ao longo do tempo são importantes na elaboração e compreensão da família e da parentalidade homossexual.

A última terça parte do século XIX assistiu ao surgimento de novas concepções sobre homossexualidade. O sodomita, que era apenas uma aberração temporária, dá lugar ao “homossexual”, que caracteriza um grupo particular, ao qual foi imposto o emblema de doentes mentais, portadores de um mal social (BADINTER, 1993). O nascimento do “homossexual”, nesta ocasião, portanto, é o nascimento de uma problemática e de uma intolerância que sobrevivem até a contemporaneidade.

Desde meados de 1869, quando o termo “homossexualidade” foi definitivamente engendrado por Benkert, na Hungria. Fundamentado pela ótica de que a homossexualidade configurava como uma espécie de “terceiro gênero”, os estudiosos começaram a tratá-la como “sexo intermediário” ou “inversão sexual”, incluindo-os definitivamente na categoria dos transtornos psíquicos (BADINTER, 1993).

Badinter (1993) acrescenta que a designação da homossexualidade como entidade patológica caminha em paralelo com a estigmatização desses indivíduos como “raça maldita” e com o marcante imperialismo moral da normalidade heterossexual.

Richard von Krafft-Ebing publicou em 1886 o livro *Psychopathia Sexualis*, marcando o início do estudo médico organizado a respeito da sexualidade humana. Esta publicação engendrou, por seu turno, decisivamente a perspectiva da sexualidade masculina “normal” como proveniente de um “instinto” cujo objeto natural seria o sexo oposto. Criava-se o conceito de “heterossexualidade” para descrever essa normalidade, que postulava uma

diferença radical entre os sexos, ao mesmo tempo que ligava de modo indissolúvel a identidade de gênero e a identidade sexual (BADINTER, 1993).

Em suma, o discurso médico do século XIX transformou os comportamentos sexuais em identidades sexuais.

Gradualmente, conta Badinter (1993), a estigmatização social dos homossexuais tomou proporções maiores, definindo-os como ameaçadores à nação (idéia inicialmente difundida na França e subsequentemente generalizada para outros países) e à família, além de apontar os homens homossexuais como traidores da “causa masculina”.

As práticas homossexuais existem em toda a parte e desde sempre. Mas, “até que a sexologia lhe colocasse um rótulo, a homossexualidade era apenas uma parte difusa do sentimento de identidade. A identidade homossexual, tal como a conhecemos é, portanto uma produção da classificação social, cujo principal objetivo era a regulação e o controle. Nomear era aprisionar” (BADINTER, 1993).

O século XX não tirou o homossexual de sua prisão. Muitos de nossos contemporâneos continuam a olhá-lo como um tipo sexual criminoso, na melhor das hipóteses um doente ou um desviante. Duas razões podem explicar essas atitudes discriminatórias: a primeira deve-se a ignorância persistente quanto à definição da homossexualidade com precisão visto que trata-se de um comportamento fluido e multiforme, cuja origem não se conhece claramente (A hipótese de uma homossexualidade determinada biologicamente se impôs na literatura médica do século XX; produziram-se tipologias complexas, distinguindo diferentes homossexualidades: de Ellis e Kinsey; porém nada conclusivo do ponto de vista etiológico); e outra razão de ordem ideológica, em que a imagem negativa da homossexualidade é reforçada premente pelo papel positivo e desejável atribuído entusiasticamente à heterossexualidade (BADINTER, 1993).

Cabe descrever o relevante trabalho do sociólogo Frederick Whitam (1985) que, após trabalhar vários anos em comunidades homossexuais de países tão diferentes quanto EUA, Guatemala, Brasil e Filipinas, sugeriu seis conclusões: 1. Homossexuais existem em todas as sociedades; 2. A percentagem de homossexuais parece ser a mesma em todas as sociedades e mantém-se estável no tempo; 3. As normas sociais não impedem nem facilitam a emergência de orientação homossexual; 4. Subculturas homossexuais aparecem em todas as sociedades que têm uma população suficientemente grande; 5. O comportamento e os interesses dos homossexuais das diferentes sociedades tendem a ser parecidos; 6. Todas as sociedades produzem um *continuum* similar de homossexuais masculinos e femininos.

Tal perspectiva fez e ainda segue fazendo pensar a homossexualidade como uma forma fundamental da sexualidade, que se exprime em todas as culturas, e não como uma forma particular de organização social.

Ainda do ponto de vista histórico, dos teóricos das ciências ligadas a saúde mental, cabe ressaltar que Sigmund Freud foi o mais tolerante e o mais clarividente dos pensadores da homossexualidade. Ele reconhecia que os seres, quaisquer que fossem, “poderiam tomar como objetos sexuais tanto pessoas do mesmo sexo quanto do outro” (BADINTER, 1993).

Ao longo de toda sua obra, Freud defendeu o aspecto natural e não patológico da homossexualidade. Ele afirmou em um dado momento que não apenas todos são capazes da escolha homossexual, mas que todos “a realizaram em um determinado momento de sua vida, pois, ou a conserva ainda em seu inconsciente, ou se defende dela por meio de uma enérgica atitude contrária” (FREUD, 1910).

Quanto às causas da homossexualidade, Freud sempre se manteve muito prudente, reconhecendo que não conseguia encontrar explicação para a “inversão”. Segundo ele, “a homossexualidade não é, evidentemente, uma vantagem, mas nela não há nada de que se deva

ter vergonha; não é um vício, nem um aviltamento e não se poderia qualificá-la como uma doença; nós a consideramos como uma variação da função sexual, provocada por certa interrupção do desenvolvimento sexual” (BADINTER, 1993).

No entanto, mesmo com importantes e célebres pensadores como Freud publicando declarações como as citadas acima, até 1973 a homossexualidade era quase universalmente considerada como patológica (CAMERON & CAMERON, 1998).

Foi exatamente em 1973 que a Associação Americana de Psiquiatria excluiu a homossexualidade como categoria diagnóstica de suas diretrizes, oficializando tal deliberação pela sua remoção na terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM, do inglês: *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*) publicada de 1980.

A Organização Mundial de Saúde, por seu turno, eliminou a homossexualidade como entidade nosológica somente na publicação da décima revisão da Classificação Internacional das Doenças (CID-10), aprovada em 1989 (SADOCK, 2007).

O fato marcante é que mesmo com a desconsideração da natureza patológica da homossexualidade o que permeia toda a discussão acerca dessa expressão sexual é que, quando presente, ela é destacada da vida do sujeito. Toda esta passa a resumir-se à sua preferência sexual.

É nessa arena que se contrapõem as concepções acerca de parentalidade homossexual: as famílias homossexuais interpelam os cientistas sociais a respeito de estruturas de parentesco; os juristas sobre a filiação; e os psicólogos e psiquiatras no que concerne ao desenvolvimento de crianças em família diferentes das tradicionais (UZIEL, 2007).

É fato hoje que homossexuais não ocupam apenas o lugar de filhos, mas o de pais, na estrutura familiar. A discussão a esse respeito, portanto, não inaugura essa realidade social, dá apenas uma visibilidade para tal condição e a inclui na pauta da conquista de direitos, concorrendo para a extensão da concepção de entidade familiar (UZIEL, 2007; PATTERSON, 1992).

Gays e lésbicas não mais estão aceitando sua condição de marginalizados e condicionados a esconder-se em guetos. Estão, sim, tornando-se mais politizados e insistindo em maior visibilidade. Os movimentos em favor da liberação e aceitação da diversidade sexual e a epidemia da AIDS, historicamente, conduziram o tema da sexualidade e comportamento sexual para as rodas de debate na mídia e, de alguma forma, prepararam terreno para a expansão do desejo e inauguração social da família homoafetiva de forma aberta (HEREK, 2006; GREENFELD, 2005; ARIEL, 2000).

De forma geral, existem atualmente três possibilidades de se conquistar a parentalidade homossexual: por filiação biológica quando de uma união heterossexual anterior por um homossexual tardiamente assumido, pela adoção ou através de tecnologia (inseminação artificial, por exemplo).

A primeira é a mais freqüente, especialmente pela relativa brevidade histórica com que muitos homossexuais têm tomado “coragem” para assumir-se socialmente e abandonar suas relações heterossexuais. Mais ainda, a composição familiar homossexual primária também é um evento social historicamente recente (UZIEL, 2007; GREENFELD, 2005; PATTERSON, 1992; GOLD, 1993).

Diante desse cenário, deve-se ter claro que quando falamos em parentalidade homossexual estamos lidando com um amplo espectro de possibilidades de inserção dos filhos nesse contexto.

Os pais homossexuais podem ser co-habitantes do mesmo domicílio dos filhos ou não; a criança pode estar em guarda compartilhada pelos pais e, portanto, conviver nos dois domicílios (heterossexual de um dos pais e homossexual do outro); os pais homossexuais podem ter parceiros ou não; os filhos dos parceiros homossexuais, se ambos forem pais ou mães, podem conviver entre si no mesmo ambiente, propiciando trocas de experiências; dentre outras variantes. Ou seja, são muitas as possibilidades de inserção e experimentação da homofiliação a que as crianças com pais gays ou lésbicas podem vivenciar. Conseqüentemente, são muitas as dimensões a que a condição homossexual dos pais pode vir a influenciar a criança (FAIRTLOUGH, 2008; TELINGATOR & PATTERSON, 2008; ALLEN, 1996; TASKER, 2005; GOLD, 1994; PATTERSON, 1992).

Mais ainda, as famílias homossexuais aparecem em diferentes tamanhos, estruturas, etnias, raças, religiões, ambientes, crenças e ideologias, configurando-se como um fato social a presença desta nova configuração familiar (ARIEL, 2000).

Cabe descrever neste ponto o formato no qual historicamente foi estabelecida a vinculação da homoparentalidade à adoção. Ainda hoje, na maioria dos casos, os indivíduos homossexuais que pleiteiam adoção se sentem desencorajados a revelar sua preferência sexual e com frequência assumem a intenção de adotar como pais únicos em detrimento de assumir uma disputa judicial para incluir o parceiro como pai da criança conjuntamente. O fato é que tradicionalmente as únicas crianças apresentadas aos homossexuais como disponíveis para adoção quando de sua declaração como homossexual eram as crianças mais velhas, portadoras de deficiências físicas ou mentais, crianças filhas de pais biológicos alcoolistas ou com problemas ligados a dependência de drogas ilícitas ou ainda crianças portadoras do vírus HIV (ARIEL, 2000).

Em qualquer das circunstâncias, os estudiosos do desenvolvimento infantil entendem a influência parental como crítica para o desenvolvimento psicossocial da criança. De tal modo que, pais homossexuais devem proporcionar diferentes tipos de influências que pais heterossexuais, e portanto os filhos desses indivíduos provavelmente apresentarão desenvolvimento em vias diferentes daqueles cujas famílias são estruturadas tradicionalmente (PATTERSON, 1992).

Ao longo do tempo e ainda hoje a psicologia do desenvolvimento tem enfatizado contribuições distintas dos pais e das mães no desenvolvimento físico e social de seus filhos (PATTERSON, 1992). Como resultado, portanto, muitos teóricos predizem conseqüências negativas para crianças educadas em ambientes que não oferecem esses dois tipos de gênero para a criança.

Teorias psicanalíticas e de aprendizagem social durante a infância enfatizam a importância dos modelos heterossexual masculino e feminino para o desenvolvimento adequado das crianças, reforçando o enfoque previamente explicitado. Mais proeminente ainda entre estes teóricos é a postulação de que a orientação sexual dos pais tem um impacto importante no desenvolvimento dos filhos (PATTERSON, 1992).

HOMOPARENTALIDADE: fatores apontados como desfavoráveis aos cuidados parentais por homossexuais

O Brasil parece acompanhar a França e a maior parte de Europa no tocante à exiguidade de estudos referentes ao desenvolvimento emocional dos filhos de pais homossexuais. Contrastando, por seu turno, com os Estados Unidos e o Reino Unido, em menor proporção, em que estudos variados têm sido desenvolvidos para estudar esses novos modelos de família e a repercussão para as crianças neles inseridas.

Muito se questiona a respeito da propriedade e da estabilidade do relacionamento entre pessoas do mesmo sexo. Mais ainda, o desejo de terem filhos desperta a curiosidade de muitos, que desconfiam de impossibilidade, inadequação e impropriedade dessa empreitada.

As crenças a respeito da homossexualidade advém da formação familiar, da educação religiosa e dos aprendizados ao longo da vida.

Fantasia sobre “perversões sexuais” entre homens homossexuais são comuns como a pedofilia, muitas vezes confundida com a própria homossexualidade, além da idéia de que pais homossexuais incentivariam seus filhos ao mesmo caminho ou os obrigariam a viver em ambientes imorais (UZIEL, 2007; ARIEL, 2000; CAMERON, 1999).

As preocupações mais relevantes sobre famílias homossexuais dirigem-se aos impactos dos pais sobre as crianças e ao comportamento das mesmas (ARIEL, 2000; CAMERON, 1999; KING, 1999; CAMERON & CAMERON, 1998; PERRIN, 1996; GOLD, 1994; BÜNTZLY, 1993; PATTERSON, 1992; BIGNER, 1989). Isso por que resiste a crença de que ao crescer as crianças vão necessariamente reproduzir um ou os dois pais em termos de personalidade e estilos de relacionamento (CAMERON, 2006; EEDEN-MORREFIELD & LINDSAY, 2005).

A saúde mental dos homossexuais, a motivação e habilidades para serem pais, a qualidade dos relacionamentos e adequação da rede social de apoio são os fatores mais implicados nas discussões a respeito do exercício da parentalidade por esse grupo (ARIEL, 2000; PERRIN, 1996; GOLD, 1994; BÜNTZLY, 1993; PATTERSON, 1992; BIGNER, 1989).

No tocante ao desfecho para as crianças, foca-se prioritariamente no desenvolvimento das mesmas, mais especificamente nos aspectos intelectual, emocional, comportamental, social e moral bem como o desenvolvimento psicosssexual referente à identidade de gênero, ao

comportamento conforme o sexo e à orientação sexual (UZIEL, 2007; ORGIBET, 2008; BOS, 2005; GOLOMBOK, 2005; ARIEL, 2000; KING, 1999; PATTERSON, 1992;).

Prevalece a idéia de que há algo de “anormal”, “desviante” ou simplesmente não desejável na homossexualidade e que portanto esse seria um desfecho desfavorável para o desenvolvimento de crianças vinculadas a pais homossexuais (UZIEL, 2007).

As instituições religiosas e os conservadores elegem a homossexualidade como importante alvo de ataque já que creditam a eles o papel de ameaçadores da instituição familiar. Alguns religiosos radicais entendem a homossexualidade como contrária aos desígnios de Deus e secundária a influências demoníacas (HEREK, 2006; ARIEL, 2000).

Não é possível dizer que a homoparentalidade seja uma novidade. No entanto, especialmente no Brasil, apenas muito recentemente tal forma de vínculo parental tem sido implicado em debates em função da maior frequência de veiculação do tema na mídia. Isso especialmente nos estados em que o poder judiciário se dispõe a analisar os casos sem preconceito, obtendo êxito em vários pleitos de adoção por homossexuais (UZIEL, 2007).

Todos estes questionamentos a respeito da legitimidade do desejo homossexual em constituir família e ter filhos ganha maiores proporções quando os requerentes são homens gays (ARIEL, 2000).

O aumento do número de casais homossexuais querendo ter filhos torna mais óbvio que seus desejos têm a mesma raiz dos heterossexuais: criar uma criança e formar uma família (UZIEL, 2007; GREENFELD, 2005; BIGNER, 1989).

Não há pesquisas que acompanhem o “efeito” que a homoparentalidade pode gerar nas crianças no Brasil (UZIEL, 2007).

A organização da discussão deste artigo fundamenta-se na reunião dos achados e argumentos encontrados na revisão de literatura acerca dos principais temas ligados ao debate sobre a homoparentalidade: transmissibilidade/indução da homossexualidade aos filhos, violência sexual contra crianças no contexto homoparental, *bullying* contra crianças homoparentais, instabilidade dos relacionamentos homossexuais, dificuldades emocionais/funcionamento adaptativo de crianças homoparentais, desenvolvimento sócio-cognitivo e outras considerações. Descritos nessa ordem.

1) Transmissibilidade/Indução da homossexualidade aos filhos

Aparece como frequente justificativa para negar ou temer a homoparentalidade o risco da orientação sexual dos pais interferir na identificação sexual da criança.

Segundo Uziel (2007) tal perspectiva revela, ainda que não explicitamente, um preconceito: ao temer que a criança “herde” a preferência dos pais, deixa-se subentendido que isso (a homossexualidade) não é desejável.

No entanto, mais do que restringir-se à questão de aceitação social da homossexualidade (que será tratado com maior ênfase quando da abordagem do “*bullying* contra crianças inseridas em contextos homoparentais”) a abordagem do tema em questão requer uma revisão a respeito do que se entende ou propõe para a origem da homossexualidade no ser humano.

Origem da homossexualidade

A preocupação com a identidade sexual é relativamente nova. Foi a partir dos trabalhos de Erik Erikson, em meados da década de 60, que a ciência avançou nos estudos a respeito da identidade, com a publicação da Teoria do Desenvolvimento Psicossocial. Esse autor foi um dos grandes responsáveis pela definição de que a aquisição de uma identidade

(social ou psicológica) é um processo extremamente complexo. Segundo esta teoria, o indivíduo se define pelas semelhanças com algumas pessoas e diferenças com outras. Como não poderia ser diferente, o sentimento de identidade sexual também obedece a esse processo (BADINTER, 1993).

Para Freud, por seu turno, a identificação, tão somente, era a chave do conceito de identidade. Erikson lhe acrescentou o conceito da diferenciação, reconhecido amplamente por toda a comunidade científica: a criança pode distinguir sua identidade sexual graças à diferenciação com as crianças do sexo oposto, ou pelo menos com a identificação com as do mesmo sexo (EEDEN-MOOREFIELD & LINDSEY, 2005; BADINTER, 1993).

Ruth Hartley defende que:

Para serem masculinos os machos aprendem em geral o que não devem ser, antes de aprenderem o que podem ser... Muitos meninos definem a masculinidade simplesmente dizendo: 'o que não é feminino'. A colocação é tão verdadeira que se poderia dizer que, desde a concepção, o embrião masculino 'luta' para não ser feminino (o macho se constrói contra a feminilidade original do embrião: ao longo do desenvolvimento, tornar-se macho é uma luta a cada instante). Nascido de uma mulher, acalentado num ventre feminino, o menino, ao contrário da menina, está condenado à diferenciação durante grande parte de sua vida. Ele só pode existir opondo-se a sua mãe, à sua feminilidade, à sua condição de bebê passivo. Por três vezes, para afirmar uma identidade masculina: deve convencer-se e os outros de que não é uma mulher, não é um bebê e não é homossexual. (apud BADINTER, 1993)

Badinter (1993) conclui pelo exposto que a masculinidade é, em consequente, mais uma reação de oposição do que uma adesão.

O processo de construção da sexualidade individual começa desde a concepção e segue durante toda a vida. Ao nascimento quando a atribuição do sexo se torna evidente, a criança declarada menino ou menina na certidão é imediatamente percebida como tal pelos

que a cercam e, em primeiro lugar, pelos genitores. Badinter (1993) reforça que o olhar deles e a convicção que têm quanto ao sexo de seu filho são fortes determinantes para o desenvolvimento da identidade sexual do indivíduo. Mal a criança nasce, a ela é ensinado pelo gesto, pela voz, pela escolha dos brinquedos e das roupas a que gênero pertence.

O corpo é a fonte de uma identidade primária. Contudo há meninos que adquirem a identidade feminina a despeito de biologicamente normal do ponto de vista de gênero (no qual os quatro sexos – genético, gonádico, corporal e o declarado na certidão – estão em conformidade entre si) desde a mais tenra idade. Badinter (1993) afirma que, nestes casos, a rota para o travestismo e o comportamento feminino só pode ser interrompida (e talvez nem mesmo alcance êxito) pela atuação da família, que permite ou não à criança comportar-se de maneira feminina.

O que leva esses pequenos machos a sustentar, contra toda a evidência anatômica, que são fêmeas é tema de bastante discussão. Segundo Stoller (1964), parece ser uma identificação excessiva com a mãe, em vista da incapacidade desta de permitir que o filho separe-se do seu corpo. Segurando-o junto a si durante o dia inteiro, a mãe provocaria uma confusão nos limites do ego entre ela e o filho. Essa extrema simbiose, que pode se prolongar anos a fio, anularia todas as tensões, todos os conflitos necessários ao desenvolvimento psicosssexual, como a angústia da castração, as alucinações fálicas ou reações neuróticas de defesa (apud BADINTER, 1993).

Nesse sentido, reforça-se a concepção de que não basta ser XY (cromossomicamente) e ter um pênis funcional para sentir-se homem. Inversamente, é possível crer-se homem a despeito de muitas anomalias ou disfunções. Desde a concepção o feto vai “lutar para não obedecer ao programa de desenvolvimento feminino” porém essa “luta”, inteiramente

biológica, é pouco quando comparada à luta que o menino vai ter de travar durante muito tempo para tornar-se um homem (BADINTER, 1993).

Nancy Chodorow (1978) pontua que na ausência de uma identificação pessoal forte com um homem, “os filhos pequenos de pais ausentes elaboram um ideal da masculinidade por identificação com as imagens culturais que são feitas desta, escolhendo homens célebres como modelos masculinos”. Para eles, a grande dificuldade consiste em operar uma desidentificação, com todo o seu cortejo de negação e rejeição do feminino, sem o apoio efetivo de um modelo positivo e fisicamente presente de identificação (apud BADINTER, 1993).

Alguns autores postularam ainda, baseado na perspectiva psicanalítica, que os risco de ruptura com o complexo de Édipo nas famílias homossexuais determinaria o surgimento de identidades de gênero aberrantes e comportamento sexual impróprio. Outros, fundamentados em teorias de modelação social nas quais a criança aprenderia sua identidade de gênero com modelos do mesmo sexo. Ambas as teorias reforçam a idéia de que não seria possível desenvolver uma identidade de gênero e um comportamento sexual saudáveis no contexto homoparental. Além disso, a reprodução do modelo homossexual para os filhos seria inevitável, visto o ódio que, segundo eles, permeia a relação de lésbicas por homens e de gays por mulheres (UZIEL, 2007).

Portanto, pouco se tem de definitivo além de teorias psicológicas a respeito da etiologia da homossexualidade.

No entanto, no tocante à influência da sexualidade ou a expressão da mesma pelos pais em relação a seus filhos alguns estudos mostram resultados por vezes divergentes. A orientação sexual, de fato, é um dos temas mais polêmicos em debates sobre crianças inseridas em famílias homoafetivas.

Defensora da união homoafetiva, Uziel (2007), fundamentada pela revisão que elaborou sobre o assunto, pontua que a união entre pessoas do mesmo sexo não apaga as diferenças entre os sexos nem confunde as crianças que convivem com um casal de homens e de mulheres. Tampouco um casal homossexual anula as diferenças entre os sexos: ela continua existindo na sociedade, e a criança não fica circunscrita ao universo familiar mais próximo; na interação com outras pessoas tem oportunidade de experimentar relações plurais, com os dois sexos.

A autora citada anteriormente contrapõe-se veementemente às teorias de modelagem comportamental como definidoras da identidade sexual em criança. Descoutures & de Singly (2000) vão ainda mais além frisando que mesmo nos casas homoparentais não se deve tentar transformar os personagens do casal do mesmo sexo em pai e mãe, mas defini-los como pai e companheiro do pai e mãe e companheira da mãe. Segundo eles, mais que simplesmente não trazer benefício, aquela seria pior para as crianças.

Ainda sobre a discussão do papel da identidade dos pais na determinação do comportamento dos filhos, Biller (1975) e Lamb (1977) defenderam que a masculinidade do pai é menos importante que a intimidade e o calor da relação pai/filho. Concordam que o filho de homens homossexuais tenderá a ser uma criança mais andrógina que o filho de um pai tradicional, menos ávido pela diferenciação dos papéis sexuais, porém sem “distorções” na identidade do gênero conforme esperado e determinado geneticamente (apud BADINTER, 1993).

Em nenhum dos doze estudos resgatados por Andersen (2002) em sua revisão, incluindo três com filhos de pais gays, foi evidenciado relação direta da preferência sexual dos filhos com a expressada pelos pais. No entanto, em comparação com filhos de pais heterossexuais, os filhos homoparentais notificaram mais comumente ter considerado um

relacionamento homossexual em algum momento da vida ou ainda o faziam à época da pesquisa. Entre os filhos de mães lésbicas, alguns haviam experimentado de fato uma relação homossexual. Porém em nenhum dos casos foi revelado preferência homossexual no tocante à expressão da sexualidade pelos indivíduos estudados em cada pesquisa.

Para o autor, as evidências obtidas nos trabalhos indicam que não há sugestão de que a preferência sexual dos pais interfira na expressão da escolha do gênero de investimento sexual. Mas que o grau de abertura para expressão da homossexualidade, quando existe, é maior nesses indivíduos que entre pessoas inseridas em contextos familiares heterossexuais (ANDERSEN, 2002).

Perrin (1996) pontua em seu estudo, em que também revisou a literatura disponível a respeito do tema, que discussões sobre sexualidade e diversidade foram evidenciadas como mais frequentes entre pais assumidamente gays e lésbicas e seus filhos adolescentes que entre famílias heterossexuais. Mais ainda, Gold (1993) pontua que filhos de pais homossexuais tendem a ser mais tolerantes em relação à diversidade em geral e mais abertos a discussão de questões ligadas à sexualidade e relacionamentos interpessoais que filhos de família heterossexuais.

Gold (1993), ainda, aponta em sua revisão achado de que um dos estudos com filhos de mães lésbicas, especialmente aquelas com relacionamentos estáveis, revelaram que estas crianças gastaram mais tempo com os amigos homens de suas mães e companheiras e tiveram maior contato com seus pais que crianças filhas de mulheres heterossexuais solteiras e/ou divorciadas. Isso representaria a figura do masculino presente no contexto dessas crianças, impedindo que a restrição pelo modelo do mesmo sexo pudesse interferir na identificação do gênero dos filhos.

Allen & Burrell (1996) executaram uma metanálise na qual foram agrupados e analisados conjuntamente os resultados de 18 estudos que tratavam de crianças filhas de pais homossexuais.

O estudo conseguiu reproduzir grupos comparativos homogêneos e executar análise estatística compreendendo um intervalo de confiança de 99%, o que determina alto grau de confiabilidade dos resultados.

Dentre outras variáveis estudadas – descritas adiante – em relação ao componente de orientação sexual e identificação de gênero não houve nenhuma diferença estatisticamente significativa entre os grupos. Portanto, segundo os autores, apesar dos pais configurarem-se como importantes modelos, isto é, de grande impacto para os filhos, tal influência não se estende à orientação sexual dos filhos, sejam eles homens ou mulheres.

James (2004) publicou uma nota abordando a questão associada à orientação sexual de homens criados em ambientes familiares com gays ou lésbicas. Segundo o autor, pouco pode ser inferido a respeito da transmissão paterna não-genética da homossexualidade de acordo com os estudos disponíveis. No entanto, os achados de homossexualidade em filhos de pais gays é maior que em controles. A determinação dos componentes genéticos e não genéticos nessa transmissão ou de vieses de aferição, entretanto, segundo ele, não é conhecido.

Os estudos de genética empregados na busca de definidores genéticos para homossexualidade não são consensuais. Hamer (1993) publicou o primeiro estudo a respeito. Ele procedeu ao estudo da análise da ligação de DNA em um grupo de 40 famílias nas quais haviam dois irmãos gays, sem evidência de transmissão não-genética. O resultado revelou achado estatisticamente significativo de presença de um marcador no cromossomo Xq28, indicando que pelo menos um subtipo de orientação sexual masculina é geneticamente determinado e relacionado à mãe. Hu (1995) reproduziu o estudo anterior identificando a

mesma ligação previamente descrita porém apenas em famílias com homossexuais masculinos.

Rice (1999) e Bailey (1999), no entanto, não encontraram a associação descrita pelos estudos prévios, o que mantém a determinação genética, ainda que parcial, da homossexualidade ainda sem dados conclusivos.

Cameron (2006) executou uma busca eletrônica na rede *Amazon.com* em busca de livros que tratassem de filhos adultos de pais homossexuais ou transexuais. O autor afirma que foram identificados três títulos que tratavam do assunto, dois deles escritos por filhos de pais homossexuais ou transexuais. Juntas, as entrevistas publicadas nos livros perfaziam uma compilação de 77 declarações de filhos de homossexuais. Destes, 30% era homossexuais à idade adulta, 32% heterossexuais e para os demais a preferência sexual não foi descrita.

O autor assume que os dados apresentados em sua pesquisa assim como os de outras pesquisas feitas com amostras de conveniência não podem ser estendidas para a população geral. No entanto, defende que são dados indicativos de que a identidade sexual dos pais interfere na determinação da orientação sexual dos filhos.

Segundo Cameron (2006) os pais homossexuais expressam desejo maior de que seus filhos sejam homossexuais. Ele afirma que o desejo dos pais é normalmente cumprido pela maioria dos filhos em qualquer aspecto, o que também se aplicaria ao componente sexual. Mais ainda, a imersão na “cultura gay” à qual tais indivíduos estariam submetidos durante toda a vida determinaria efeitos inevitáveis para a determinação da orientação sexual.

Morrison (2007) respondeu a Cameron (2006) apontando ao autor que o discurso anti-homossexual defendido por ele impede-o, por exemplo, de justificar o porquê de alguns, ou melhor, a maioria dos filhos de homossexuais assumirem orientação heterossexual se o cumprimento do desejo dos pais e a imersão na “cultura gay” têm força tão intensa sob as

crianças inseridas em famílias homoparentais. No entanto, em sua réplica, Cameron (2007) insiste na sustentação de que a homossexualidade tem um forte componente de aprendizado na sua constituição. Ele reforça tal afirmativa referindo a estudos com gêmeos nos quais a concordância entre gêmeos idênticos não diferia de gêmeos dizigóticos, como o executado por Bearman & Bruckner (2002).

Em uma perspectiva macro, no entanto, os estudos com gêmeos, por seu turno, mais uma vez mostram diferenças em termos de resultados (SELEKMAN, 2007).

Baker (2002) evidenciou em sua pesquisa taxas de concordância de 52% entre gêmeos monozigóticos e 22% entre dizigóticos. Iervolino et cols (2005) evidenciou em seu estudo com 3990 gêmeos que a determinação para o comportamento sexual é multifatorial, envolvendo não apenas fatores genéticos mas também fatores ambientais.

Mais ainda, Goldberg (2007) realizou um estudo em que entrevistou quarenta e seis filhos de pais homossexuais: trinta e seis mulheres e dez homens, nove dos quais (seis mulheres e três homens) tinham pais gays, sendo que apenas uma mulher havia crescido na casa do pai; os demais haviam crescido na casa da mãe heterossexual mas tinham contato freqüente com o pai. Vinte e cinco indivíduos (vinte e uma mulheres e quatro homens) residiram com a mãe lésbica, duas mulheres com a mãe bissexual e dez (sete mulheres e três homens) com duas mães lésbicas (cinco desde o nascimento, e cinco desde a primeira infância).

Nesse estudo, os entrevistados indicaram receio de revelar-se como homossexuais na idade adulta diante da perspectiva, comungada por seus pais homossexuais, de que serem bem ajustados correspondia a assumirem identificação heterossexual. O que contradiz completamente a indicação de Cameron (2006) de que aos pais gays e lésbicas seria desejável que os filhos também fossem homossexuais.

No mesmo estudo, Goldberg (2007) descreve ainda que os filhos de pais homossexuais, de fato, sentiram que tal condição lhes proporcionou um desenvolvimento menos rígido e mais flexível das noções e idéias a respeito de sexualidade e gênero. Seis das trinta e seis mulheres e um dos dez homens entrevistados assumiram que questionaram, em algum momento da vida, sua sexualidade e creditam à homoparentalidade tal dúvida. No entanto, o registro elaborado por eles concorre para um sentimento de que o fato de ter pais homossexuais influenciou em sua habilidade de refletir profundamente a respeito de sua sexualidade mas não influenciou definitivamente sua orientação sexual pela modelagem social que poderiam representar.

2) Violência sexual contra crianças no contexto homossexual

O abuso sexual contra a criança configura-se como uma forma específica de violência que diz respeito ao envolvimento desta em atividades sexuais nas quais o menor é usado para a gratificação sexual por um adulto ou adolescente mais velho, muitas vezes através do uso de violência física, coação ou abuso de confiança (AZEVEDO & GUERRA, 1989).

No Brasil, reproduzindo uma perspectiva observada em maior ou menor grau em todo o mundo, quando um homem homossexual almeja adotar um menino levanta-se a suspeita de abuso ou exploração sexual, especialmente se a criança tiver em torno de 10 anos (UZIEL, 2007).

No entanto, os estudos revelam claramente que crianças de pais homossexuais são menos propensas a serem vítimas de abuso físico ou sexual pelos pais contrariamente à imagem estereotipada de pedofilia por homens homossexuais (PERRIN, 1996; GOLD, 1993).

Cameron & Cameron (1998) ao revisarem noventa e seis casos (quarenta com pais homossexuais) da corte americana ligados a custódia por pais homossexuais, identificaram que das crianças envolvidas nos processos, foram identificados dois casos de abuso sexual e

quatro casos de abuso físico. Em todos os casos de abuso sexual e em três dos quatro casos de abuso físico o molestador pertencia ao grupo do homossexuais.

Esses autores contrapõem à perspectiva inicialmente apontada e defendem que seu estudo, em comparação com outros trabalhos, tem validade externa maior. Segundo eles, quando indivíduos são submetidos a entrevistas ou respondem questionários tendem a manipular os resultados da pesquisa. No entanto, em casos judiciais não há como manipular fatos.

Notou-se da revisão que poucos artigos abordam a ocorrência de abuso sexual nas crianças. No entanto, entende-se pelos dados apresentados que a frequência de abuso sexual perpetrada por homossexuais não é comum.

Mais estudos a esse respeito merecem ser elaborados e publicados.

3) *Bullying* contra crianças homoparentais

“No matter how okay you are with it, there’s always going to be someone who will dislike you because of it” – Chris

(FAIRTLOUGH, 2008)

(Não importa o quanto bem resolvido você esteja em relação a isso, sempre haverá alguém que não gostará de você por causa disso – tradução pelo autor)

Por definição, *bullying* compreende todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudante contra outro(s) sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder, determinada por diferença

de idade, tamanho, desenvolvimento físico ou emocional, ou do maior apoio dos demais estudantes (NETO & SAAVEDRA, 2004).

Abordar o *bullying* contra filhos de pais homossexuais perpassa necessariamente a abordagem da homofobia com a qual a sociedade atual convive e, por vezes, alimenta. Não há como negar que não exista um marcante componente homofóbico na realidade sócio-cultural a que estamos inseridos.

O *bullying* homofóbico é reconhecido pelos psicólogos como um sério problema para os jovens gays e lésbicas propriamente (JUNQUEIRA, 2009; CLARKE, 2004). D'Augelli (1998) indica que até 50% das lésbicas e homens gays americanos já experimentaram alguma forma de *bullying* na escola e que muitos dos problemas acadêmicos desses jovens são relacionados direta ou indiretamente ao abuso físico ou verbal perpetrado pelos pares e outros no ambiente escolar.

Filhos de mães lésbicas e pais gays, portanto, correm o risco de serem também eles estigmatizados uma vez que lésbicas e gays ainda representam um grupo estigmatizado de pessoas, como observado pelos dados mostrados anteriormente (ANDERSEN, 2002).

Clarke (2004) em uma revisão sobre a ocorrência de *bullying* entre crianças e adolescentes criadas por pais homossexuais evidencia que não há concordância entre os pesquisadores a respeito do tema.

Segundo seu estudo, alguns pesquisadores acreditam que o *bullying* é um problema significativo para essas crianças e existem, sim, evidências claras de que crianças cujos pais são gays ou lésbicas, especialmente adolescentes, enfrentam assédio homofóbico e ridicularização, de tal monta que muitos avaliam como de difícil manejo. Muitos desses jovens temem enormemente serem eles também encarados como homossexuais.

Em contrapartida, muitos outros pesquisadores mostraram que crianças homoparentais não são mais vitimizadas que outras crianças de famílias monoparentais heterossexuais ou adotadas.

Não há como negar que a sociedade reage às novas formas de família e que as crianças podem sofrer preconceitos na escola, entre os amigos, pelo fato de terem dois pais, duas mães ou a homossexualidade dos pais ficar explícita.

Em relação às crianças inseridas em contextos homoparentais, a temática do *bullying* homofóbico contra sua estrutura familiar é um argumento frequentemente utilizado para impedir ou dificultar essa formação familiar. A indicação de que a criança será inevitavelmente vítima de *bullying* na escola reforça a negação para a permissão legal para a adoção por casais homossexuais. Essa perspectiva diz respeito ao direito que se tem de oferecer à criança uma família que, de início, já se sabe que pode trazer dificuldades e sofrimento, seja a curto, médio ou longo prazo (CLARKE, 2004).

No entanto, a Associação Americana de Psicologia (APA) entende que o medo a respeito de crianças filhos de pais gays ou lésbicas sofrerem ostracismo pelos pares é infundado (APA, 1995; PATTERSON, 1992).

Clarke (2004) executou um estudo no qual avaliou onze documentários televisivos sobre famílias homoparentais e onze entrevistas transcritas em outras publicações envolvendo pais homossexuais. Nos dois grupos de indivíduos selecionados para as entrevistas estudadas, a seleção foi por conveniência, o que o autor reforça como uma dificuldade comumente observada nos estudos sobre o assunto.

O autor aponta que, cientes de que publicações a respeito de *bullying* homofóbico contra crianças são frequentemente usados para desencorajar a família homoparental, os indivíduos entrevistados pelos documentários avaliados tenderiam a negar ou minimizar a

ocorrência desse tipo de agressão. Simplesmente no sentido de proteger sua estrutura familiar contra possíveis argumentadores contrários. De fato, nesse estudo a incidência de relatos sobre a violência homofóbica contra as crianças foi pequena (CLARKE, 2004).

Clarke (2004) aponta em sua conclusão que pais gays/lésbicas são um grupo de identidade não normativa. Deste modo a questão de como gays e lésbicas exercem a parentagem e o impacto do julgamento deste pela sociedade em geral lhes proporciona maior preocupação que para pais heterossexuais.

A revisão realizada por Andersen (2002) revelou que os nove estudos resgatados que avaliaram tal perspectiva não revelaram, exceto por um deles, maiores índices de estigmatização. Ainda que fora notado que essas crianças tenderam a ser mais importunadas que seus pares.

No artigo que evidenciou *bullying* direto pela criança devido a preferência sexual dos pais, os autores apontaram especialmente a idade entre 10-11 anos como de maior dificuldade. Este foi o período coincidente entre a revelação/descoberta da homossexualidade da mãe pela criança e a tensão experimentada pelo filho entre ser leal à mãe e defendê-la e ao mesmo tempo experimentando medo de sofrer com o abuso pelos pares (ANDERSEN, 2002).

Andersen (2002) aponta, em resumo, que os estudos evidenciaram pouca ou nenhuma incidência de abuso sério, embaraço ou *bullying* por ter pais homossexuais. Entretanto, os estudos indicam claramente que as crianças preocupam-se com a possibilidade de serem estigmatizadas (ANDERSEN, 2002).

Andersen (2002), Lynch (2000) e Büntzly (1993) acreditam que a abertura em relação à homossexualidade de maneira global, envolvendo a grande parcela dos contatos da criança e a escola desde as fases mais precoces pode minimizar a diferença entre elas e os pares. Conseqüentemente o medo de ser estigmatizado seria reduzido. Isso, no entanto, pressupõe

um alto grau de aceitação no grupo social ao qual os sujeitos e estas famílias estão inseridos. Murray (2005) acrescenta que o segredo a respeito da identificação sexual dos pais para com seus filhos desencadeia um grande potencial de problemas ligados à confiança, ansiedade, medo, homofobia, baixa auto-estima.

Büntzly (1993) recomenda proporcionar às crianças o reconhecimento da extensa variedade de expressões sexuais presentes na sociedade em geral. Isso pode auxiliá-la na aceitação da condição sexual não normativa dos pais. Mais ainda, defende que é importante que os pais não demorem muito a revelar sua homossexualidade aos filhos, o que corresponde a não ultrapassar a idade de nove a doze anos. Segundo ele, na maioria das vezes esses filhos reagem normalmente a este sinal de confiança e eles expressam discrição em função de seu próprio interesse. Com frequência se tornam defensores dos seus pais além de buscarem maiores informações acerca da homossexualidade.

Murray & McLintock (2005) estudou um grupo de adultos que tomaram ciência da homossexualidade de seus pais aos onze anos ou após, tendo crescido em uma família até então imaginada como heterossexual. Um achado relevante do estudo foi de que os filhos de pais gays notificaram mais frequentemente experiências negativas em relação à sexualidade dos pais. Em virtude da identificação de que pais gays revelam sua homossexualidade aos filhos mais tardiamente, esta relação pode ser empiricamente indicada. Ou ainda, o simples fato de que culturalmente os homens gays sofrem mais com discriminação social pode justificar o achado descrito.

De fato, Goldberg (2007) identificou em suas entrevistas com adultos filhos de pais gays que a revelação tardia da homossexualidade pode ter implicações negativas importantes aos filhos. Das quarenta e seis pessoas entrevistadas pelo pesquisador, quinze descreveram problemas na idade adulta relacionadas à capacidade de confiar nas pessoas. Os indivíduos

que notificaram tal dificuldade associam com certa objetividade o fato de terem descoberto após algum tempo na infância ou adolescência que foram vítimas de uma mentira por longo tempo e com a decepção a respeito de não serem seus pais o que eles sempre pensaram que fossem.

Perrin (1996) acessou em seu estudo os momentos mais desafiadores para as crianças filhas de pais homossexuais. Segundo seu trabalho, o período pré-escolar é marcado por dificuldades para os pais em explicar suas constelações familiares e métodos de reprodução aos filhos. Um tema especialmente incomodativo para os casais homossexuais femininos é como explicar a ausência de um pai.

De acordo com o autor, a transição para a escola, um importante e difícil momento para qualquer a criança e seus pais, é especialmente difícil para crianças cujos ambientes familiares são relativamente pouco conhecidos e aceitos pela maioria das comunidades. O que se aplica às famílias homoparentais. É o momento em que a família terá que enfrentar de forma direta a percepção e o julgamento da sociedade quanto a seu modelo não normativo de estrutura familiar.

Outra transição delicada enquadra-se entre o ensino fundamental e a adolescência. Trata-se do momento em que os questionamentos a respeito da sexualidade e do próprio comportamento sexual começam (ou assumem maior impacto) para a maioria dos indivíduos. A diferença em relação às outras famílias pode ser motivo de conflito para os jovens nessa idade, quando a conformidade é a chave para a normalidade.

Nos períodos mais tardios da adolescência, os pais revelam maiores dificuldades em acompanhar a emergência da identidade sexual de seus filhos, revelando que os adolescentes podem ser relutantes em discutir e/ou aceitar a homossexualidade de seus pais, mesmo que este aspecto tenha sido aceito anteriormente no seu desenvolvimento. Conflitos

intrafamiliares, tão típicos de qualquer adolescente, podem confundir-se com o repúdio em relação à orientação sexual dos pais (GOLD, 1993).

Lynch (2000) executou um estudo retrospectivo em que entrevistou famílias homossexuais (seis masculinas e dezessete femininas) com o intuito de avaliar a abertura dos pais em relação à homossexualidade para seus filhos e o reflexo disso no comportamento dos mesmos.

A preocupação mais constante a respeito da revelação da homossexualidade ao filhos pela dupla homossexual foi pelo receio de causar estresse desnecessário aos filhos pela ciência de sua orientação sexual. McNair (2008) encontrou o mesmo achado.

Concordante com outros estudos, Lynch (2000) observou que as crianças mais jovens tipicamente apresentaram menor dificuldade e os adolescentes, a maior. A maioria das famílias com adolescentes indicaram que o estilo de vida dos pais tipicamente começaram a gerar conflitos na segunda fase do ensino fundamental e continuou durante o ensino médio.

A maior preocupação dos adolescente gira em torno da aceitação pelos seus pares. Ciente disso, o trabalho de Lynch (2000) demonstrou que a maioria dos pais preserva a intimidade da família aos colegas dos filhos, adotando quarto adicional atribuído a um dos pares quando da presença de visitas, por exemplo.

De fato, nas entrevistas realizadas com adultos filhos de pais gays com os quais viveram ou conviveram durante a infância e adolescência, Goldberg (2007) registrou que a maioria revelou que eram muito cuidadosos com as pessoas que convidavam para suas casas, com receio de descobrirem a homossexualidade dos pais.

No geral, as famílias elaboram estratégias de enfrentamento para possível discriminação. Muitos dos pais conversam com as crianças sobre a não aceitação do estilo de

vida de seus pais por outras pessoas e advertem os filhos de que amigos e mesmo familiares podem reagir negativamente diante da revelação dessa estrutura familiar diferente (LYNCH, 2000).

Concordantes com a APA, muitos psicólogos simpáticos à parentagem homossexual são enfáticos em defender que para a maioria das crianças inseridas em contextos homoparentais a ocorrência de *bullying* homofóbico – quando ocorre – tem conseqüências quase irrelevantes (CLARKE, 2004).

No entanto, é pertinente reconhecer que os filhos de pais homossexuais, no contexto atual, inevitavelmente receberão em plena face a homofobia, mesmo que dissimulada, da sociedade. Cuidados devem ser tomados no sentido de prevenir que a própria criança interiorize a homofobia.

Caso isso ocorra essas crianças terão que conviver com um medo pervasivo – de desaprovação, exclusão, e violência física e emocional, que vão além daquelas impostas pela sociedade mas, neste caso, pelo próprio indivíduo intimamente (SELEKMAN, 2007; PERRIN, 1996).

No geral, as meninas aceitam melhor que os meninos a homossexualidade do pai. No entanto, há que se reconhecer que algumas crianças manifestam distúrbios de comportamento ou de identidade diante dessa condição. Badinter (1993) demonstra, porém, que tal fenômeno ocorre em grau não muito superior aos filhos de pais separados.

Em suma, em relação às pesquisas que tratam do assunto, enquanto alguns trabalhos com famílias homoparentais maximizam a incidência e o impacto do bullying homofóbico em crianças vivendo com pais gays e mães lésbicas, outros tantos, incluindo uma publicação da APA minimiza demasiadamente o fenômeno.

King & Black (1999a) publicaram um artigo no qual através de dois instrumentos avaliam a extensão da estigmatização dirigida a lésbicas por indivíduos heterossexuais e que se relacionam com seus filhos. Na primeira parte do estudo procurou-se aferir o grau de disponibilidade para os indivíduos (jovens do ensino médio de uma escola americana) em manter relacionamento com mulheres homossexuais ou com filhos de lésbicas. Nesta fase do estudo, as mulheres mostraram-se mais receptivas e abertas que homens a qualquer proximidade com lésbicas mas os resultados não foram significativamente diferentes entre homens e mulheres. Em relação aos filhos de lésbicas, os resultados foram mais favoráveis para estes que em relação aos indivíduos homossexuais em si. Notou-se no estudo também que a disponibilidade para assumir relacionamento era indiretamente proporcional ao grau de intimidade e compromisso exigido pela relação. Quer dizer: os estudantes revelaram-se mais disponíveis para relacionamentos superficiais/casuais mais do que amigos, amigos mais do que melhores amigos, melhores amigos mais do que namorados e namorados mais do que casados (15 a 20% dos entrevistados declararam-se não dispostos a namorar filhos de lésbicas).

A segunda parte do mesmo estudo foi executada seis meses depois arguindo outro grupo caracteristicamente semelhante sobre os mesmos aspectos. Os resultados coincidiram com os descritos acima. Um achado adicional foi de que os indivíduos que acreditavam que a homossexualidade era causada por fatores associados ao aprendizado, socialização ou algum outro aspecto do ambiente estavam menos disponíveis para namorar ou casar-se com filhos de lésbicas.

Intuitivamente, aqueles que acreditam que a orientação sexual tem uma base genética e entendem a homossexualidade como menos desejável ou desqualificante também podem estar menos dispostos a assumir intimidade com filhos de homossexuais com receio de que

eles próprios tenham filhos com maior predisposição à homossexualidade. Porém essa segunda hipótese não foi comprovada pelo estudo realizado, apenas o primeiro.

O receio relacionado àquele achado foi de que a avó lésbica poderia ser um “modelo” homossexual potencialmente eleito pela criança a ser reproduzido. No mesmo estudo, identificou-se ainda uma tendência à evitação dos heterossexuais em relação à experiências/contato freqüente com homossexuais no dia-a-dia.

King & Black (1999a) e King (2001) apontam que o fato de conhecer alguém que seja gay ou lésbica foi evidenciado como fator desconstrutor de atitudes negativas contra pessoas com orientação homossexual. Eles postulam que o mesmo processo pode ajudar a amenizar a estigmatização contra crianças filhas de pais homossexuais.

Estes autores criticam a atitude de muitos pais em esconder a homossexualidade no sentido de proteger as crianças de atitudes homofóbicas. Do ponto de vista social, eles entendem que enquanto as demais crianças não forem expostas a estas situações, manterão uma imagem estereotipada do que elas acreditam serem os homossexuais. Eles reafirmam que estereótipos e protótipos acerca dos homossexuais determinam e alimentam algum grau de preconceito e intolerância a homossexuais e, em consequente, aos seus filhos.

Os autores deste estudo apontam ainda que os resultados desta pesquisa reforçam os achados de estudos prévios de que homens têm atitudes negativas mais emblemáticas contra homossexuais que as mulheres, e piores quando dirigidas a homossexuais homens que lésbicas.

Disposto a avaliar com mais precisão a percepção social em relação à homossexualidade, King (2000) executou um estudo comparando a estigmatização direta em relação a lésbicas e associada a seus filhos com outros grupos com características potencialmente estigmatizantes: ex-detentos, dependentes químicos, desempregados,

paraplégicos, surdos, doentes mentais e obesos. A estigmatização foi aferida através da disponibilidade dos sujeitos da pesquisa em manter algum tipo de relacionamento com cada grupo. O questionário foi aplicado a 243 estudantes de uma universidade americana.

O estudo em questão mostrou haver diferenças estatisticamente significantes no tocante à disponibilidade para relacionar-se (como conhecido, amigo ou melhor amigo) com os indivíduos e seus filhos nos grupos listados.

Notou-se que os participantes mostraram-se significativamente mais dispostos a relacionar-se com os filhos do que com os portadores das condições potencialmente estigmatizantes em si. Destes, os indivíduos pesquisados responderam estar mais abertos a relacionamento com paraplégicos, surdos e obesos, seguidos pelos portadores de doenças mentais e desempregados, em seguida pelo grupo formado por lésbicas e ex-detentos e por último dependentes químicos.

Em relação a seus filhos, mais uma vez, a categoria menos estigmatizada foram os filhos de surdos, paraplégicos e obesos. Em escala crescente de estigmatização classificaram-se os filhos de portadores de doença mental e dos desempregados, seguidos pelos mais severamente estigmatizados: filhos de lésbicas, ex-detentos e dependentes químicos.

Mais uma vez, as mulheres mostraram-se mais tolerantes a portadores de condição estigmatizantes que homens.

King (2000) mostrou ainda, replicando achado de estudo prévio – descrito anteriormente –, que pessoas que acreditavam na voluntariedade e controlabilidade da homossexualidade demonstraram menor disponibilidade para relacionar-se com homossexuais que pessoas que acreditavam que a homossexualidade não perpassa um processo de escolha.

O autor aponta que os indivíduos do segundo grupo declaram-se mais abertos a relacionamentos com lésbicas do que com criminosos enquanto aqueles cuja crença é de que a

determinação da homossexualidade é opção do indivíduo não fez distinção entre lésbicas e criminosos.

O autor conclui seu estudo indicando que múltiplas estratégias para reduzir o preconceito existente contra homossexuais ainda são necessárias, de forma a permitir que a qualquer indivíduo seja garantido o direito de amar e cuidar de outra pessoa sem medo de discriminação e exclusão social (KING, 2000).

MacCallum & Golombok (2004) em seu estudo prospectivo com crianças desde o nascimento até os 12 anos de idade em 25 famílias de lésbicas não encontraram qualquer evidência que justifique preocupação a respeito de filhos de mães lésbicas enfrentarem qualquer tipo de provocação ou serem vítimas de *bullying* no relacionamento com seus pares.

Bos, van Balen & van den Boom (2004) ao avaliarem cem famílias de lésbicas com crianças vivendo com duas mães desde o nascimento comparativamente com cem famílias heterossexuais notaram diferença significativa no tocante à estigmatização apenas em relação ao nível sócio-econômico. Segundo este estudo, crianças de famílias menos favorecidas estariam mais propensas que famílias de lésbicas de classe-média a experimentarem estigmatização pelos pares em virtude à identidade homossexual de suas mães.

Tasker (2005) concorda que o medo de um possível abuso homofóbico é uma sensação estressante. No entanto, aponta que menos óbvio que a homofobia encontram-se as conseqüências negativas do heterossexismo.

Por heterossexismo entende-se a presunção de heterossexualidade em todas as esferas da sociedade, o que induz a uma noção de que todas as famílias são heterossexuais.

Portanto, os filhos de pais homossexuais devem constantemente lidar com a decisão de quando e onde é seguro revelar sobre sua família, devendo portanto estar permanentemente atento à possibilidade de homofobia em qualquer situação social que se apresentar.

Golombok et cols (2003) realizaram um estudo com trinta e nove famílias de mães lésbicas e compararam os desfechos relacionados ao ajustamento sócio-acadêmico e a qualidade dos relacionamentos das crianças (aferidos por questionários validados) com setenta e quatro famílias heterossexuais tradicionais e sessenta famílias com mães heterossexuais solteiras.

Neste estudo não foi evidenciado nível de estresse social maior na relação com os pares entre os grupos de comparação, revelando que as crianças de mães lésbicas não estão expostas a violência social mais do que as demais crianças.

Gartrell et cols (2005) fizeram um grande estudo longitudinal com setenta e oito famílias de lésbicas cuja filiação fora obtida por inseminação artificial. Nas entrevistas com as crianças, 43% das mesmas indicaram ter experimentado homofobia aos dez anos de idade. Índice este que aumentou consideravelmente em relação aos 5 anos de idade quando fora identificado homofobia em 25% das crianças. A maioria dessas crianças (69%) referiu ter sentido raiva, irritação e tristeza em relação aos incidentes. Mais ainda, a ocorrência de homofobia foi associado a piores resultados no tocante a problemas comportamentais segundo avaliação feita pelo *Child Behavior Checklist* (CBCL)¹.

Uma das crianças deste estudo fez uma referência digna de nota em relação ao papel da escola na inibição dos comportamentos homofóbicos por parte dos alunos: “os professores não permitem às crianças fazer comentários negativos sobre o gênero ou cor da pele, mas eles não fazem nada a respeito quando falam coisas negativas sobre gays” (GARTRELL, 2005).

Rivers, Poteat & Noret (2008) fizeram um levantamento extenso em quatorze escolas do Reino Unido com adolescentes entre doze a dezesseis anos, identificando vinte e um estudantes, de uma população total de dois mil e dois alunos, que viviam com pais

¹ em português: Inventário de Comportamentos da Infância e Adolescência. É um questionário que avalia competência social e problemas de comportamento em indivíduos de quatro a dezoito anos, a partir de informações fornecidas pelos pais.

homossexuais. Destes apenas três viviam em lares com pais homossexuais masculinos, o que os fez, pela pequena representatividade da amostra, serem excluídos do estudo. Portanto, dezoito casos foram resgatados, todos eles envolvendo mães lésbicas. Para fins de comparação, outro grupo cujos indivíduos viviam em lares heterossexuais tradicionais foi selecionado pareando os indivíduos por instituição escolar, nível acadêmico, idade, sexo, raça, nível sócio-econômico e orientação sexual. A análise estatística realizada com os resultados dos questionários aplicados não indicou diferença quanto à ocorrência de violência física ou moral entre os grupos investigados.

O autores indicam que o encorajamento e o apoio das autoridades educacionais locais para o próprio desenvolvimento do estudo em questão por si já revelam a dedicação dessas autoridades em minorar e auxiliar as crianças a lidar com a vitimização homofóbica. Tal achado, acreditam os autores, reforçam o papel relevante da escola e o papel das políticas educacionais locais na inibição ativa da discriminação e preconceito contra homossexuais e seus filhos e na contribuição para o bom desenvolvimento sócio-educacional destas crianças.

Bos & van Balen (2008) estudaram novamente um grupo de sessenta e três crianças (trinta e dois meninos e trinta e uma meninas) que haviam nascido e seguiram até a data da pesquisa (idade de oito a doze anos) vivendo em lares homossexuais femininos, sendo que as mães necessariamente compunham uma dupla. Na comparação entre os sexos dos indivíduos pesquisados, não foi encontrada diferença no tocante à ocorrência de *bullying*. Porém mais meninas expressaram sensação de que os colegas comentavam sobre elas por terem duas mães e garotos relataram mais frequentemente exclusão pelos pares devido a sua estrutura família não tradicional.

Este estudo ainda evidenciou que meninos expostos a condições de estigmatização pelos colegas mostraram níveis estatisticamente relevantes de maior expressão de hiperatividade psicomotora e maiores pontuações no CBCL.

O mesmo estudo evidenciou que o contato de crianças vinculadas a lares homoparentais com outras crianças na mesma situação é fator protetor contra a ocorrência de problemas com baixa auto-estima e funciona como boa estratégia para ampliar o repertório de habilidades para lidar com estigmatização.

Mais uma vez, Bos & van Balen (2008) enfatizam o papel da escola e dos professores no enfrentamento das condições de abuso que filhos de pais homossexuais podem sofrer. Cientes das repercussões negativas para a criança, aos professores, dizem os autores, cabe auxiliar na minimização de situações em que tais crianças são expostas a *bullying* por parte dos pares bem como promover treino de habilidades sociais no intuito de ampliar a capacidade destas crianças em lidar com problemas.

Fairtlough (2008) desenvolveu um estudo na Inglaterra diretamente com as crianças filhos de pais homossexuais. O objetivo da pesquisa era explorar as percepções e significados que as crianças atribuíam para suas próprias experiências com a sexualidade dos pais. Para tal, foi utilizada a estratégia de história de vida pessoal, em que as crianças foram estimuladas a contar a história de sua vida, sendo direcionados pelo entrevistador para a temática das experiências relacionadas a ter um pai gay ou uma mãe lésbica.

Foram incluídas no estudo sessenta e sete crianças com limite etário de treze anos. Desse grupo, quarenta e sete eram meninas; cinquenta e um tinham mães lésbicas, dezenove pais gays e três ambos. Cinco das crianças eram adotadas e uma havia sido concebida por inseminação artificial. Trinta e uma delas relataram ter relacionamento significativo com o parceiro homossexual do pai ou da mãe.

Pelos relatos das crianças, as histórias foram agrupadas em quatro grupos: aquelas que demonstravam avaliação predominantemente positiva (31) por ter pais homossexuais, indiferentes (6), ambivalentes (27) e predominantemente negativa (3).

Aos que avaliaram negativamente a exposição à homoparentalidade, o pior fator foi o nível de discriminação que eles experimentaram. Para eles, tal fenômeno lhes foi tão extremo e devastador que apesar de sentimentos positivos acerca de seus pais, sentimentos negativos dominaram as narrativas. Isso foi mais freqüente em indivíduos que cresceram desde o nascimento com seus pais. Eles apontaram como marcante o estresse gerado pela percepção gradual a medida que amadurecia de que o mundo não enxergava sua família de modo positivo.

Mesmo nos outros grupos, inclusive no identificado como “avaliação predominantemente positiva”, esta temática foi apontada como desconfortável. Muitos expressavam respeito e admiração por seus pais mas indicavam várias situações de difícil enfrentamento em virtude da sexualidade dos pais. Apenas quatro crianças das entrevistadas não apontaram atitudes homofóbicas como problemas significantes que tiveram que encarar.

Situações como receber ligações telefônicas hostis, serem expulsos de locais públicos, serem retirados de seu grupo devido à preferência sexual de seus pais, serem insultados por termos como “bicha”, “sapatão” ou acusados de ter AIDS, terem o relacionamento com seus pais obstruído ou desqualificado, serem vítimas de agressões físicas ou serem fisicamente envergonhadas pelos pares ou mesmo perda do emprego pelos pais foram apontadas como vivências negativas pelas crianças. Muitos dos entrevistados reportaram ainda atitudes homofóbicas por parte dos seus pais heterossexuais, pais adotivos ou outros parentes: rejeição, comentários preconceituosos, argumentação religiosa contra a homossexualidade,

disputas judiciais para limitar visitas ou brigas por custódia foram apontados como situações de difícil enfrentamento.

Mas para algumas crianças o mais danoso foi terem que lidar com a homofobia internalizada pelos pais, refletida pela recusa dos pais em assumirem-se desde cedo para seus filhos. Segundo eles, o estresse advindo da percepção de terem vivido um segredo ou de terem sido “protegidos” da verdade por bastante tempo foi muito prejudicial.

Conforme citado previamente, existe uma extrema carência de estudos nacionais avaliando a perspectiva da homoparentalidade no contexto social brasileiro.

No entanto cabe apontar duas pesquisas realizadas sob a tutela da representação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil, ambas publicadas em 2004.

A primeira versa sobre o perfil dos professores brasileiros. Executada no ano de 2002, em todas as unidades da federação brasileira, constou de entrevistas com cinco mil professores da rede pública e privada. Implicado à homoparentalidade e suas repercussões para a criança, dentre outros achados, vale apontar o achado no qual evidenciou-se que para 59,7% dos professores é inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais e que 21,2% deles tampouco gostariam de ter vizinhos homossexuais (UNESCO, 2004).

A outra pesquisa, realizada em treze capitais brasileiras e no Distrito Federal, propôs como um de seus objetivos a compreensão do alcance da homofobia no contexto escolar (nos níveis fundamentais e médio). Desenvolveu-se através de entrevistas individuais e/ou por grupos focais com os alunos selecionados para compor a amostra (de escolas municipais, estaduais e privadas) além de encaminhado de questionário aos pais e grupo docente das escolas. Os achados revelaram, dentre outros, que: nos estados incluídos no estudo o percentual de professores que declararam não saber como abordar os temas relativos à homossexualidade em sala de aula variou de 30,5% a 47,9%; acreditam ser a

homossexualidade uma doença cerca de 12% dos professores em Belém, Recife e Salvador, entre 24 e 17% em Brasília, Maceió, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Goiânia e mais de 20% em Manaus e Fortaleza; não gostariam de ter colegas de classe homossexuais 33,5 a 44% dos estudantes entrevistados; pais de estudantes do sexo masculino que não gostariam que homossexuais fossem colegas de classe de seus filhos variaram de 17,4% no Distrito Federal a 60% em Fortaleza e Recife; mais ainda, estudantes masculinos apontaram “bater em homossexuais” como o menos grave dos seis exemplos de uma lista de ações violentas, que incluía: atirar em alguém, estuprar, usar drogas, roubar e andar armado (ABRAMOVAY, 2004).

Os dados não se referem diretamente à experimentação de homofobia pelos filhos de homossexuais, porém permitem alguma inferência do cenário que enfrentam cotidianamente no contexto escolar. Pelo exposto, o ambiente acadêmico parece ser demasiadamente hostil a esse grupo. Chamando a atenção os achados relacionados ao grupo docente.

Como exposto previamente e reforçando que os professores têm papel ímpar na condução dos casos de *bullying* e na modificação do paradigma homofóbico tê-los na condição apresentada gera importante desconforto. Não há como desviar a perspectiva de que, entendendo eles próprios a homossexualidade como condição patológica e indesejável, os docentes acabam por alimentar o que Junqueira (2009) entende como “pedagogia do insulto” dirigida ao homossexuais em si e seus filhos direta ou indiretamente.

Por “pedagogia do insulto” entende-se a ocorrência de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes, que constituem poderosos mecanismos de silenciamento e dominação simbólica (JUNQUEIRA, 2009). Nada diferente do conceito fundamental de *bullying*.

4) Instabilidade dos relacionamentos homossexuais

Badinter (1993) aponta em seu livro que a sociedade encara o comportamento de cada gênero de modo diferente. Para a coletividade social são características presumivelmente inatas de homens e mulheres: as mulheres são por natureza “tímidas, difíceis, minuciosas”; os homens, por seu turno, são “inconstantes, vão para a cama com qualquer uma”.

Acompanhando a perspectiva relacionada à figura masculina, tradicionalmente o homossexual é encarado como indivíduo dedicado ao sexo como objeto de investimento fundamental da vida, determinando-os como naturalmente promíscuos.

Esse fantasma da promiscuidade e as fantasias a respeito do exercício da sexualidade rondam, conseqüentemente, a homoparentalidade.

No entanto, ao contrário do que frequenta o imaginário coletivo, especialmente em relação aos homens, nenhum dos estudos revelam menor estabilidade das relações homossexuais nas relações com os parceiros (UZIEL, 2007).

Bos, van Balen & van den Boom (2004) na publicação do estudo realizado na Holanda com cem famílias de lésbicas e cem famílias heterossexuais, comparativamente, descreveram achado de que a decisão de mulheres homossexuais em ter filhos em um cenário no qual o estilo de vida adotado não é socialmente de plena aceitação induz a um grande investimento pessoal para manter um relacionamento estável. O que, segundo os autores, contrasta com os achados em casais homossexuais sem filhos.

Estes autores avaliaram a qualidade da relação entre os pares. O resultado de seu estudo revelou que as mães biológicas lésbicas estavam mais satisfeitas em seus relacionamentos que as mães heterossexuais. Da mesma forma, as parceiras das mães lésbicas estavam significativamente mais satisfeitas que os homens heterossexuais em relação ao relacionamento marital vigente.

Meezan & Rauch (2005) apontam que não há como se abordar a temática da estabilidade dos relacionamentos homossexuais sem encarar o tabu que permeia o casamento entre pessoas do mesmo gênero.

Segundo estes autores, a própria realidade heterossexual demonstra que o casamento é mais durável e estável que a “união estável com compartilhamento do domicílio”.

Em alguma extensão, o casamento por si determina sua maior durabilidade pelo simples fato de legalmente requerer maior esforço para separar-se do que quando compartilha-se o lar informalmente. Tal condição proporciona ao casal um incentivo em trabalhar seus problemas e solucioná-los. Mais ainda, os autores acreditam que o ato de casar, em particular o *status* conferido ao casal pelo olhar da sociedade e deles consigo mesmos fortifica e aprofunda o vínculo entre o par.

Portanto, a impropriedade jurídica do casamento é um entrave para a estabilidade da união homossexual, que é, sem dúvida, de grande importância para a criança.

Em uma extensa revisão sobre relacionamento homossexuais, Herek (2006) evidenciou que os estudos mostram que não diferentemente dos heterossexuais, a extensa maioria dos homossexuais, gays ou lésbicas, procuram relacionamentos afetivos estáveis, duradouros e monogâmicos. Confirma ainda que a maioria consegue obtê-lo.

O autor reconhece que a quantidade de pesquisas avaliando a estabilidade e duração desses relacionamentos é limitada porém achados de amostras de conveniência mostram que relações longas são comuns.

Herek (2006) aponta ainda no seu estudo que, apesar de psicologicamente similares em muitos aspectos, os casais homo- e heterossexuais apresentam algumas diferenças no tocante ao relacionamento. Uma questão importante é que enquanto os casais heterossexuais

recebem considerável apoio social da família de cada um dos parceiros, os casais homossexuais têm menos suporte de suas famílias o que é parcialmente compensado através do apoio de amigos.

Em relação ao sexo, Herek (2006) aponta que para qualquer relacionamento conjugal a frequência sexual entre o casal tende a declinar com o tempo, o que não difere entre homossexuais e heterossexuais. No entanto, entre os casais homossexuais masculinos a frequência sexual tende a ser comparativamente maior que os casais heterossexuais e destes maior que os casais homossexuais femininos. Os estudos mostram que mais comumente os casais gays tendem a discutir mais abertamente o componente sexual de relações. Nesse tocante, também é alvo de debate entre os casais homoafetivos a manutenção de relação sexual exclusiva entre a dupla ou permissividade consentida para que tenham relacionamentos extraconjugais sob determinadas condições.

O fato é que esta maior prevalência de relacionamentos conjugais sexualmente não monogâmicos entre casais homossexuais masculinos é frequentemente empregada como argumento para desqualificar o relacionamento gay (HEREK, 2006). É relevante pontuar, no entanto, que o próprio impedimento legal do casamento gay propulsiona a um menor comprometimento da dupla, o que é confirmado por pesquisas com casais em países nos quais o casamento homossexual é permitido. Neste casos, observa-se a ocorrência muito menos frequente de relacionamentos extra-conjugais entre casais gays que entre os casais que apenas vivem juntos (HEREK, 2006).

Mais relevante é o fato de que casamentos heterossexuais são frequentemente marcados por relacionamentos extra-conjugais, sem que isso seja empregado como fator de impedimento para a parentagem ou para a desqualificação do relacionamento. Adbo (2004) aponta dados brasileiros sobre relacionamentos extra-conjugais ou fora de relacionamentos

estáveis heterossexuais indicando prevalência de 19,3% a 34,8% para mulheres e de 42,8% a 64% para homens. Tal dado implica que tal argumento não pode ser utilizado na argumentação contrária à homoparentalidade. Já que é fenômeno generalizado para qualquer que seja o padrão de composição conjugal.

Herek (2006) é decisivo em afirmar que as qualidades psicossociais de um dado relacionamento não diferem em elementos básicos de acordo com a composição da dupla, seja ela composta por dois homens, duas mulheres ou um homem e uma mulher.

Herek (2006) acrescenta ainda que as dificuldades e desafios encarados pelos casais homossexuais ao longo do tempo expõem os mesmos a níveis de estresse superiores aos casais heterossexuais.

Uma vez que tal condição é fator de risco reconhecido para problemas físicos e mentais, a saúde conjugal também está sob maior risco nas duplas homoafetivas. O que por seu turno pode implicar em conseqüências negativas no tocante a duração e estabilidade do relacionamento.

5) Dificuldades emocionais/funcionamento adaptativo de crianças homoparentais

Em doze dos estudos avaliados por Andersen (2002) em sua revisão da literatura a respeito das implicações da homoparentalidade para os filhos, em nenhum deles houve notificação de dificuldades emocionais adicionais por crianças com pais homossexuais quando comparadas ao grupo controle. No entanto, o autor chama atenção para a ausência de qualquer família com pais gays no estudo dessa variável (ANDERSEN, 2002).

A metanálise executada por Allen & Burrell (1996) mostrou que os pais homossexuais tendem a enxergar seus filhos como mais felizes, porém os professores tendem a qualificar os filhos de pais heterossexuais como mais ajustados. No entanto, ambas avaliações revelam diferença estreita entre os dois grupos. O que conduziu os autores a concluírem não haver diferença entre eles.

Esses autores também avaliaram em seu estudo, a satisfação com a vida apresentada por grupos de indivíduos filhos de pais homossexuais e heterossexuais. A análise estatística dos resultados dos artigos arrolados no estudo mostrou que não há diferença em relação a este aspecto na comparação entre os dois grupos.

Cameron & Cameron (1998) apontam que, em seu estudo de revisão dos noventa e seis casos de custódia envolvendo homossexuais na corte americana, 55% das crianças acima de dez anos apresentaram problemas emocionais e sociais decorrentes diretamente da homossexualidade dos pais. Para esses autores, tal achado demonstra claramente que os filhos de pais homossexuais estão sob maior risco de problemas sócio-afetivos que crianças inserida em famílias heteroafetivas.

King & Black (1999b) realizaram um estudo no qual avaliaram segundo o instrumento *Child Behavior Checklist* (CBCL) o comportamento associado às crianças filhas de lésbicas em comparação a mães heterossexuais, associando ainda a variável presença de parceiro ou não.

Os achados deste estudo mostraram que crianças, e mais especificamente os meninos, cujas mães eram homossexuais apresentam significativamente maiores problemas de comportamento que os filhos de mães heterossexuais. Os quesitos avaliados como significativamente relevantes foram isolamento social, agressividade, delinquência e

problemas relacionados ao sexo, sendo que os dois primeiros mostraram índices marcadamente superiores.

King & Black (1999b) apontam, no entanto, que a qualidade da maternagem não foi avaliada no estudo, o que pode ter representado um viés de amostragem do estudo.

Neste mesmo estudo, o status conjugal da mãe não foi estatisticamente significativa para os resultados apresentados. Portanto, a presença de outras lésbicas no domicílio não representou prejuízo adicional para a criança.

Os autores hipotetizam que estes achados de pior desfecho em relação ao comportamento para filhos de lésbicas pode ser reflexo de estigmatização social sofrida por estas crianças e de uma consequente desqualificação global das mesmas (KING, 1999b).

Gartrell et cols (2005) fizeram um grande estudo longitudinal com setenta e oito famílias de lésbicas no qual também aplicaram o CBCL para avaliação do comportamento das crianças inseridas no contexto homoparental feminino. Em qualquer das três entrevistas realizadas com as crianças (aos dois, cinco e dez anos de idade) não foi evidenciada qualquer diferença em relação às competências ou problemas comportamentais.

Um achado adicional interessante do estudo é que as crianças estudadas mostraram uma percepção mais sofisticada – nos termos dos autores – da diversidade e tolerância (GARTRELL, 2005).

Goldberg (2007) ao entrevistar quarenta e seis adultos filhos de mães lésbicas ou pais gays também encontrou este achado. A maioria dos entrevistados (65,2%) espontaneamente descreveu-se como mais tolerante e aberto a diferenças. Tais indivíduos atribuíram tal característica à condição de terem vivenciado a condição de “diferentes” tornando-os mais sensíveis a outros indivíduos marginalizados. Além de terem reforçado que seus pais

explicitamente enfatizavam a importância da tolerância e o valor da diversidade com frequência durante sua infância e adolescência.

Bos, van Balen & van den Boom (2007) também aplicaram o CBCL nos dois grupos de sua pesquisa: cem crianças nascidas em famílias de mães lésbicas e o mesmo número provenientes de família heterossexuais. A análise estatística dos resultados da aplicação do instrumento aos pais em função do tipo de família não evidenciou qualquer diferença significativa para problemas em geral, tampouco para problemas externalizantes ou internalizantes especificamente.

Dos seis estudos resgatados por Andersen (2002) comparando o ajustamento social de filhos de lésbicas com filhos de casas heterossexuais, nenhum demonstrou indicações de maior prevalência de problemas comportamentais entre as primeiras.

Ariel & McPherson (2000) publicaram um artigo no qual descrevem sua experiência no tocante à terapia familiar envolvendo a homoparentalidade. Eles apontam uma dificuldade observada nos casos de adoção. Segundo os autores, o fator idade da criança tem importante reflexo no ajustamento da criança ao ambiente familiar homoafetivo. Conforme sua percepção, quando as crianças são novas, tal ajustamento à nova vida pode ocorrer de forma bastante fácil através do tempo. No entanto, quando as crianças são mais velhas, as consequências podem ser um tanto profundas em virtude de uma atitude homofóbica potencialmente pré-estabelecida na criança ou pelo medo de como elas serão aceitas no mundo fora do lar. Isso pode refletir no comportamento da criança recebida pelo casal homossexual.

MacCallum & Golombok (2004) pesquisaram vinte e cinco famílias com mães lésbicas, trinta e oito famílias monoparentais com mães heterossexuais e trinta e oito famílias heterossexuais tradicionais. Neste estudo os filhos foram acompanhados desde o nascimento

ou desde muito jovens até a adolescência com o intuito de aferir a influência da ausência da figura masculina na educação de crianças. As variáveis aferidas foram obtidas através de entrevistas seriadas, observação das crianças e aplicação de instrumentos validados.

Nas famílias sem a presença da figura masculina, os filhos perceberam suas mães como mais próximas, disponíveis e seguras em relação aos mesmos. Não houve diferença em relação ao status psicológico das mães em qualquer dos grupos de famílias estudados. Igualmente não foi observada qualquer diferença estatisticamente significativa no tocante a problemas comportamentais e emocionais pelos filhos, desempenhos e ajustamento acadêmico, relacionamento com os pares ou auto-estima.

Uma particularidade, no entanto, apresentada pelo estudo de MacCallum & Golombok (2004) foi de que à idade de seis anos as crianças das famílias sem a presença paterna perceberam-se cognitivamente e fisicamente menos competentes que crianças com a presença do pai em casa. No entanto essa diferença extinguiu-se à idade dos doze anos. Uma hipótese para o achado em questão é de que naquela idade a percepção de competência e auto-estima estão fortemente relacionados à aprovação dos pares, o que pode ter influenciado na auto-avaliação realizada pelas crianças.

Wainright, Russel & Patterson (2004) apontaram que pouco se havia estudado a respeito da repercussão da homoparentalidade para os adolescentes. De forma concorrente, alguns autores indicavam cuidado na generalização dos resultados obtidos com crianças para os adolescentes.

Tomando por base que a adolescência realmente é uma fase mais delicada no desenvolvimento individual, especialmente no tocante à definições da identidade pessoal e iniciação afetiva e sexual, avalia-se como de especial importância avaliar as repercussões da homoparentalidade para essa população.

Neste estudo, foram arroladas quarenta e quatro famílias com parceiros do mesmo sexo e o mesmo número de famílias com parceiros do sexo oposto. A amostra foi selecionada através de um senso escolar nacional e aplicado questionário aos adolescentes entre doze e dezoito anos nas escolas e enviado questionário para o domicílio para que os pais respondessem.

O estudo em questão evidenciou que o ajustamento pessoal (sintomas depressivos e/ou ansiosos, auto-estima), familiar (autonomia, preocupação e cuidado pelos adultos e irmãos, integração com vizinhos ou afetividade intrafamiliar) e acadêmico (desempenho escolar, problemas na escola, aceitação na escola) dos adolescentes vivendo em família com casal do mesmo sexo não diferiu dos adolescentes inseridos em famílias tradicionais. Assim como não foram identificadas diferenças no tocante à investimento pessoal em relacionamentos afetivos.

No mesmo estudo, porém em outra publicação, Wainright & Paterson (2006) avaliaram conjuntamente a ocorrência de comportamentos de risco comparativamente entre os filhos de mães lésbicas e mães heterossexuais. As variáveis estudadas corresponderam a hábito tabagista, hábito etílico, presença de amigos próximos que fumavam, frequência em que ficava embriagado, frequência de abuso etílico, uso de maconha, sexo sob efeito de álcool, comportamento delinquente, ocorrência de violência física contra si, cuidado por parte de outros e qualidade da relação pai-filho segundo avaliação dos pais. A análise estatística não demonstrou qualquer diferença estatisticamente significativa em função do tipo de família e gênero dos adolescentes estudados. No entanto, a análise dos fatores de risco de uso de álcool e maconha e comportamento delinquente esteve positivamente relacionado com pior qualidade e vínculo das relações com os pais.

Cameron & Cameron (2002) revisaram 57 entrevistas publicadas em estudos prévios na tentativa de identificar indicações das crianças para desfechos negativos da

homoparentagem à qual estavam submetidas. O estudo apontou que muito frequentemente as crianças apontavam incômodo no tocante à instabilidade afetiva, perturbações emocionais, manutenção do segredo familiar além do questionamento de sua própria preferência sexual.

No entanto, Brubaker (2002) respondeu à publicação de Cameron & Cameron (2002) – citada acima – indicando que os problemas pontuados pelos autores do artigo seriam comuns a quaisquer minorias étnicas, multiraciais ou famílias comandadas por outros que não fossem os pais biológicos das crianças. Portanto, segundo Brubaker, em qualquer momento da infância estar inserido em uma condição claramente atípica pode gerar provocações, *bullying*, ou situações piores, sendo que a natureza da diferença não necessariamente é o que mais importa. Mais ainda, os problemas experimentados pelas crianças revisadas no artigo de Cameron & Cameron (2002) eram oriundos do meio externo e não do seio da família. Portanto, os esforços em amenizar tais implicações devem focar-se na sociedade em geral mais do que nos indivíduos em si.

Rivers, Poteat & Noret (2008) avaliaram em sua pesquisa ainda o funcionamento social e psicológico dos indivíduos incluídos em sua análise através de instrumentos de rastreio previamente validados. Acompanhando os resultados referentes ao nível de vitimização, também para estas variáveis não foi identificada qualquer diferença estatisticamente relevante entre os grupos.

6) Desenvolvimento sócio-cognitivo

Em todos os estudos que avaliaram esta variável, nenhuma diferença entre os grupos foi apontada (ANDERSEN, 2002).

Em sua revisão da literatura, envolvendo uma grande quantidade de estudos, Patterson (1992) concluiu que não há evidência de que o desenvolvimento psicossocial das crianças

criadas por gays e lésbicas seja comprometido em qualquer instância em função da característica de preferência sexual dos pais.

MacCallum & Golombok (2004) apontam como de grande relevância o fato de que professores não identificaram mais problemas para crianças de famílias cujas mães são lésbicas ou mães solteiras comparativamente a família heterossexuais tradicionais.

Perry et cols (2004) motivados pelas críticas dirigidas aos estudos com famílias homossexuais nos quais a fonte de informação para avaliação do desenvolvimento da criança foram na maioria das vezes os pais, estes autores desenharam um estudo com avaliação da própria criança. O instrumento eleito para avaliação dos próprios filhos de lésbicas foi a construção de histórias pela criança utilizando bonecos representando figuras da família. Segundo os autores, esta abordagem permite aos examinadores acessar o mundo interno da criança de forma a ter uma melhor representação da significância dos vínculos parentais para o desenvolvimento sócio-afetivo destes indivíduos.

Para fins de comparação foram selecionadas crianças de famílias heterossexuais tradicionais e monoparentais.

Achados prévios, segundo os autores, demonstram que crianças cujos relacionamentos transmitem segurança elaboram histórias bem organizadas e coerentes, criam finais felizes e as figuras de si mesmo e dos outros representadas pelos personagens têm características positivas.

De fato, o resultado desta pesquisa demonstrou que crianças inseridas em famílias homoafetivas assim como as crianças de famílias heterossexuais representaram suas mães como igualmente positivas e mostraram-nas como tendo níveis similares de atos disciplinares. De forma similar, não houve maior expressão de agressividade ou emoções negativas, as histórias foram organizadas de forma coerente e com finais favoráveis de forma semelhante

para todos os grupos estudados. Tais achados sugerem, portanto, segundo os autores, que as crianças criadas por lésbicas não estão sob maior risco de problemas comportamentais.

Um achado interessante, no entanto, foi o fato de que as crianças de todas as diferentes estruturas familiares incluídas no estudo usaram o boneco representativo do pai na mesma extensão. Mesmo com a disponibilidade de outro boneco do sexo feminino para representar o outro cuidador, todas as crianças filhas de lésbicas escolheram um boneco do sexo feminino e outro do sexo masculino para representarem a mãe e o pai, respectivamente, na composição familiar elaborada. Para os autores, isso indica que mesmo vivendo em estruturas familiares não tradicionais, as crianças mantêm a clara idéia do que constitui uma família tradicional e das normas sociais. Nota-se, no entanto, que neste estudo 77% das crianças de famílias cujas mães eram lésbicas ainda tinham contato regular com seus pais.

Comportamento relacionado ao gênero

O comportamento relacionado ao gênero corresponde aos comportamentos que são culturalmente associados ao sexo masculino ou ao feminino. Este é outro aspecto que habita com grande frequência as rodas de discussões sobre as implicações da homoparentalidade.

Andersen (2002) pontua, em sua revisão, que os estudos encontraram que crianças com mães lésbicas tendem a escolher atividades tipicamente relacionados a seu gênero, bem como brinquedos e outros jogos, de forma similar a outras crianças. Portanto, sem diferenças entre os grupos.

MacCallum & Golombok (2004) em seu estudo prospectivo acompanhando crianças desde o nascimento até a adolescência evidenciaram que meninos inseridos em contextos monoparentais com mães heterossexuais ou por lésbicas mostram mais característica femininas em comparação a meninos criados em famílias heterossexuais tradicionais. No

entanto, estes garotos não mostraram menos características masculinas que o grupo de comparação em termos de comportamento relacionado ao gênero.

Este achado, segundo os autores, pode ser consequência do comportamento das mães de famílias sem pai em encorajar seus filhos a serem mais sensíveis e terem atitudes mais cuidadosas do que geralmente aplicam-se aos homens. Nas entrevistas, a maioria das mães deste grupo falaram sobre como insistem na tentativa de ensinar seus filhos, de forma igual, independente do gênero, a considerar e apreciar o sentimento dos outros.

Comparativamente entre as famílias sem a figura masculina, existiram pequenas diferenças cujo nível de evidência não valida uma repercussão negativa para crianças filhos de mães lésbicas comparadas ao grupo de mães solteiras heterossexuais (MacCALLUM, 2004).

Em seu estudo de base populacional comparando famílias de mães lésbicas, com famílias heterossexuais tradicionais e com mães solteiras heterossexuais, Golombok (2005) concluiu que a orientação sexual materna não é fator de grande influência para o desenvolvimento de gênero da criança uma vez que meninos e meninas em famílias de mães lésbicas não apresentaram diferença em termos de comportamento ligado ao gênero quando comparados aos demais grupos.

Goldberg (2007) também tratou do comportamento relacionado ao gênero em suas entrevistas com os filhos adultos de pais homossexuais. Os filhos homens de mães lésbicas encaram que o fato de terem mulheres fortes como líderes do lar durante a infância e adolescência os influenciaram a sentirem-se livres para assumir interesses estereotipadamente não masculinos como dança e artes. Além de valorizar a força e a capacidade de suas parceiras mulheres. Complementarmente, as mães encorajaram suas filhas a serem autoconfiantes e independentes além poderem assumir carreiras estereotipadamente masculinas sem que isso lhes causasse constrangimento.

7) Outras considerações relevantes

Pais gays tendem a ser menos punitivos em técnicas disciplinares, a demonstrar maior acolhimento e a serem mais dedicados em seu papel como pais quando comparados a pais heterossexuais. Além de mostrarem-se mais atentos e responsáveis à expressão de necessidade pelas crianças (PERRIN, 1996). Allen & Burrell (1996), em sua metanálise, concordam a partir de seus achados que a qualidade da interação pai/filho e da atitude em relação às necessidades da criança tende a ser levemente favorável a pais homossexuais em comparação aos heterossexuais.

O estudo de MacCallum & Golombok (2004) evidenciou que mães solteiras heterossexuais mostraram níveis mais altos de agressões disciplinares do que mães lésbicas, o que, segundo os autores, deve-se provavelmente a uma proporção considerável de mães lésbicas tendo uma parceira para dividir as funções disciplinadoras.

Bos, van Balen & van den Boom (2004) ao avaliarem cem famílias de lésbicas comparando-as com cem famílias heterossexuais evidenciaram não haver diferença em relação à qualidade da parentagem exercida por mulheres homossexuais (avaliado pelo desenvolvimento e aquisição de competências pelas crianças como independência, autonomia, auto-controle).

Tasker (2005) fez uma revisão sistemática acerca do desenvolvimento de crianças educadas por pais homossexuais. Em seu estudo, reunindo trabalhos desde 1978 a 2004, foram arroladas trinta e quatro publicações. Neste estudo, o autor identificou que a literatura demonstra que não há diferença na qualidade da relação estabelecida com os filhos por mães heterossexuais e lésbicas, com diferencial que os filhos de mães lésbicas tendiam a visitar seus pais com maior frequência que os filhos das primeiras.

Similarmente, os filhos das mães lésbicas mostraram maiores índices de aceitação da nova parceira da mãe que nos casos de mães heterossexuais, quando o namorado era visto pelos filhos mais frequentemente como “intruso”.

Patterson (1992) aponta que as variáveis relacionadas aos processos familiares (por exemplo, a qualidade das relações) é fator muito mais importante como preditor do ajustamento da criança que as variáveis relacionadas à estrutura familiar (por exemplo, orientação sexual, número de familiares no domicílio).

O artigo publicado por Ariel & McPherson (2000) em que descrevem sua experiência enquanto terapeutas infantis e familiares em casos de homoparentalidade apontam que a promoção de uma ambiente caloroso, íntimo e afetivo no lar em face do estigma social existente pode proporcionar alívio e enfrentamento deste em vários níveis. Eles acrescentam que os questionamentos levados à terapia pelas família e pelas crianças enquadram-se nos problemas usuais que qualquer família costuma encontrar. Faz-se exceção alguns questionamentos secundários à sobreposição de tensões específicas do contexto homossexual, que envolve tipicamente questões ligadas à aceitação social da homossexualidade.

Cameron & Cameron (1998) concluíram em seu estudo de revisão dos casos de custódia a homossexuais da corte americana que é válido o senso comum conservador de que são importantes as características paternas e maternas e portanto são caracteristicamente prejudiciais aos filhos os pais com inclinação homossexual. Segundo eles, tais crianças estão expostas a um risco de dano em geral maior que aquelas cujos pais são heterossexuais.

Regan & Ramirez (2000) realizaram um estudo com o objetivo de avaliar em que extensão o gênero de um determinado indivíduo e sua orientação sexual interferem na percepção social em relação aos cuidados com uma criança. Para tal foi conduzida uma pesquisa com trinta e quatro homens e trinta e oito mulheres heterossexuais a respeito da

disponibilidade dos mesmos em deixarem seus filhos aos cuidados de um dado indivíduo (exercendo função de babá). O resultado evidenciou que a preferência global seria para um cuidador do gênero feminino de orientação heterossexual, seguido pelas mulheres homossexuais. Os homens estiveram menos qualificados na opinião dos entrevistados porém os homossexuais foram melhor aceitos que os heterossexuais enquanto cuidadores de crianças. As autoras apontam na conclusão que nota-se pelo resultado uma maior aceitação dos homossexuais enquanto prestadores de cuidados à crianças.

Não há como questionar a condição das crianças inseridas no contexto homoparental sem abordar a condição dos pais. Tornar-se pai é uma condição desafiadora mesmo quando absolutamente desejada. Os desafios enfrentados pelas famílias homossexuais são ainda maiores que para as famílias heterossexuais.

No tocante à adoção de crianças, além de compartilhar com as famílias heterossexuais a mesma dificuldade em se tornar pais sem a preparação e espera proporcionados pela gestação, o casal homossexual tem que lidar com a ilegitimidade de seu relacionamento e ainda enfrentar o peso da revelação de sua homossexualidade para as autoridades, para a sociedade em geral e para a criança.

Mais ainda, diferentemente dos casais heterossexuais, homossexuais não têm sua união juridicamente aceita tampouco rituais que validam os relacionamentos e/ou a paternidade/maternidade da criança (LYNCH, 2000).

Mallon (2007) quando aborda o tema da adoção por homossexuais aponta que a orientação sexual é aspecto que não pode nem deve ser ignorado nos processos de adoção. Isto por que a sexualidade de cada indivíduo é um fator de cada pessoa enquanto ser e incondicionalmente irá interferir no seu papel enquanto pai/mãe. O que, segundo o autor, precisa ser estabelecido o quanto antes no processo de avaliação da capacitação para adoção é

a sua habilidade em lidar construtivamente com a homofobia e o heterocentrismo em sua própria vida.

Selekman (2007) e Fairtlough (2008) apontam que as escolas têm papel fundamental como ambientes primários para reduzir a violência e proteger crianças filhos de homossexuais contra abusos que possam afetar negativamente sua auto-estima e saúde psíquica. Sexualidade deve ser tema de discussões livres no ambiente escolar, protegendo-se o direito da expressão da diversidade sexual.

Julien et cols (2008) fizeram uma segunda análise dos dados de um levantamento de saúde realizado em Quebec em 1998. Esse estudo resgatou uma amostra populacional extensa de vinte mil setecentos e setenta e três participantes, sendo onze mil e trinta e quatro mulheres, cento e oito das quais declarou-se homossexual e cento e doze, bissexual, representando juntas 2,2% da população total de mulheres. Foram incluídas no estudo cento e setenta e nove mulheres lésbicas ou bissexuais que tinham filhos biológicos ou adotados com menos de dezoito anos. Para cada uma delas, foi selecionada por pareamento de idade, proximidade geográfica do domicílio e nível socioeconômico uma mulher heterossexual para constituir o grupo de comparação. Para a variável relacionada à qualidade da relação com os filhos, os achados revelaram que mães homossexuais ou bissexuais desempenham a maternagem tão bem quanto mulheres heterossexuais.

Bos & van Balen (2008) apontaram com muita clareza que a qualidade do relacionamento com os pais e cuidadores é um dos fatores protetores mais potentes para o bom desenvolvimento das crianças inseridas em contextos homoparentais a despeito da ocorrência de *bullying* ou qualquer tipo de violência física ou moral.

LIMITAÇÕES DOS RESULTADOS DOS ESTUDOS: as conclusões apresentadas são confiáveis?

Schumm (2008) publicou um estudo extenso no qual faz uma revisão detalhada dos trabalhos iniciais publicados a respeito da temática homoparental. Segundo ele, estes estudos definiram e induziram os estudos e as conclusões dos estudos subseqüentes. Sua pesquisa resgatou oito dissertações publicadas entre 1979 e 1986 e quatro entre 1997 e 1998.

O autor faz uma crítica severa a estes estudos indicando uma problemática importante existente nos estudos com tal temática. Segundo ele, comparações e conclusões com análise estatística com grandes limitações são frequentemente publicadas e foram iniciadas com aqueles estudos pioneiros da década de 80 (SCHUMM, 2008). Ressalta que a reprodução de resultados obtidos por amostras de voluntários como equivalentes de estudos com amostras randomizadas, como realizado na maioria dos estudos, viola os princípios básicos do método científico (CAMERON & CAMERON, 2002; CAMERON, 1999).

Segundo Schumm (2008), muitos pesquisadores não apenas concluíram em seus estudos que haveria mínima diferença entre parentagem homossexual comparada com pais heterossexuais como muitos defenderam que não há virtualmente nenhuma diferença, determinando o que o autor denominou de “absolutismo do ‘sem diferença’ “.

O autor aponta que, juntas, as oito dissertações (referenciadas em mais de duzentas e trinta e quatro publicações, incluindo cinquenta revisões de literatura, apresentam pelo menos oitenta e seis importantes limitações metodológicas (amostras pequenas, não representativas e selecionadas por conveniência, ausência de avaliações longitudinais, p.ex.), as quais limitam sua validade externa a respeito das conclusões de que não há diferenças entre a parentagem homo- e heterossexual.

Cameron & Cameron (1998) concordam com o autor citado anteriormente e acrescentam que estas pesquisas apresentam ainda maior viés: foram todas conduzidas por assumidos ativistas do movimento em defesa dos homossexuais. Portanto, acusam os autores dos artigos que concluem ausência de diferença entre a parentalidade homo- e heterossexual de manipularem o desenho dos estudos para alcançarem tal resultado.

Schumm (2008) questiona ainda a teorização de que a qualidade das relações familiares pode predizer melhor desenvolvimento para a criança que a estrutura familiar em si. Segundo ele, tal afirmação trivializa os complexos modelos sociais nos quais é muito evidente que os fatores estruturais são alicerces para a qualidade e as variáveis processuais, mesmo que os efeitos diretos sob os desfechos sejam menores.

Andersen (2002) concorda que as limitações metodológicas precisam ser discutidas no tocante a assumir como definitivas as conclusões alcançadas pelos estudos disponíveis sobre o assunto. Este autor pontua como fatores limitantes: amostras pequenas, selecionadas por conveniência, a maioria dos pais tiveram seus filhos em vigência de relacionamentos heterossexuais e portanto seria necessário controlar como e por quanto tempo esses indivíduos estiveram vinculados à condição homoparental predominante ou exclusiva, a aferição do componente de preferência sexual foram medidas em fases muito precoces do desenvolvimento em detrimento da adolescência quando estes aspectos manifestam-se de forma mais clara para o próprio indivíduo e análise estatística não foi realizada em alguns estudos. Gold (1993) também aponta algumas dessas críticas aos estudos realizados até então.

No entanto reconhece-se amplamente as limitações na obtenção de um desenho adequado para esses estudos já que qualquer pesquisa com populações tipicamente estigmatizadas apresenta uma mesma dificuldade: discursos cuidadosos e dificuldade em acessar amostras representativas. Isso por que uma vez que muitas famílias não se declaram

como tal determina-se uma condição de inacessibilidade ao grupo ideal de estudo para as conclusões das hipóteses testadas (ORGIBET, 2008; CAMERON, 2006; DOWNS & JAMES, 2006; HEREK, 2006; MEEZAN, 2005; TASKER, 2005; ANDERSEN, 2002; CAMERON & CAMERON, 2002; CIANO-BOYCE, 2002; PERRIN, 1996; PATTERSON, 1992).

Apesar das limitações metodológicas apontadas, os resultados apresentados pelos estudos, segundo avaliação de alguns autores, são qualitativamente suficientes para assumir como reais as conclusões apresentadas favoravelmente à permissibilidade da composição homoparental no tocante ao desfecho para as crianças (HEREK, 2006; ANDERSEN, 2002).

Uma questão apontada por Perrin (1996) como relevante ao se tratar de estudos quando elaborados com crianças inseridas no contextos homoparentais é que as crianças potencialmente incluídas já tem por si características de risco para problemas de ordem comportamental e afetiva. Pela própria característica de casais inférteis das duplas homossexuais, as experiências de adoção, abandono, e divórcio pelo pais, por si, são importantes e frequentemente traumáticas para as crianças. Logo, isso poderia influenciar negativamente nos achados dos estudos. Sem, no entanto, que houvesse uma relação causal entre a preferência sexual dos pais e a variável pesquisada.

Cameron (1999) e Shiller (2007) fazem dura crítica às instituições científicas como a Associação Americana de Psicologia e a Associação Nacional dos Assistentes Sociais dos Estados Unidos que defendem a inexistência de fundamentação científica que justifique negativa para a aceitação da homoparentalidade. Esses autores entendem que “as ciências sociais são incapazes de responder a qualquer questão definitivamente”.

Cameron (1999) reforça ainda que os estudos nos quais as associações e os pesquisadores que defendem tal bandeira se apóiam sofrem de importantes vieses: as amostras foram todas obtidas por voluntariedade; na maioria dos estudos as crianças tinham menos de

dez anos de idade, proporcionando, portanto, evidência limitadas dos efeitos a longo prazo da condição em questão do que também comunga Schumm (2008); muitos, senão a maioria, dos estudos foram conduzidos por pesquisadores homossexuais, o que pode ter influenciado na condução e interpretação dos resultados dos estudos.

E, por fim, frequentemente aponta-se que a carência de estudos com pais homossexuais impede conclusões a respeito da homoparentalidade homossexual masculina, já que não se pode assumir empiricamente que a parentagem por homens gays seja igual à exercida por mães lésbicas (CAMERON, 2009; HEREK, 2006; GREENFELD, 2005).

5 - CONCLUSÃO

A existência de especificidades relativas à parentalidade exercida por homossexuais não é negada em qualquer ponto do corpo deste trabalho. Ao contrário, é reconhecida na maior amplitude de seus aspectos, porém avaliada segundo as repercussões que tais componentes têm no desenvolvimento da criança.

Fundamentais para as relações parentais bem estabelecidas são os valores estruturantes referentes a escuta, disponibilidade e tolerância, o que a parentalidade homossexual contempla sem distinção em relação à parentalidade heterossexual. Muitas vezes, descrita, inclusive como superior em relação a esta.

Ao longo da estruturação histórica do parentalidade e da organização familiar, os papéis parentais foram distribuídos de maneira sexista. Este pensamento contribuiu e ainda o faz, por manifestar-se prevalente no imaginário coletivo, para que um homem, homossexual ou não, seja visto como estranho, fora do lugar, quando assume a maternagem .

O silêncio que cerca os pais homossexuais não impede a formação de um certo número de mitos, cada qual mais negativo que o outro. Entre os mais difundidos: 1) os pais gays são doentes que se arriscam a transmitir sua homossexualidade aos filhos. No entanto, não existe qualquer prova de que os filhos de homossexuais tenham maior tendência à homossexualidade do que outras crianças. 2) o gay seria um obcecado por sexo e o pai homossexual teria tendência a atacar seus próprios filhos, ou a deixar que seus amigos o fizessem. O que também não se mostrou verdadeiro. As pesquisas mostram que o homossexual é com muito menos frequência culpado de atos delituosos do que o heterossexual. Comportamentos incestuosos ou atentados ao pudor são raros entre pais homossexuais. 3) os pais gays exporiam seus filhos à perseguição pela sociedade. É verdade que pais que vivem abertamente sua homossexualidade fazem os filhos correr o risco de

serem desprezados e rejeitados por seus pares e pelos adultos. Mas as pesquisas mostram que sendo esses pais sensíveis a essas dificuldades eles fazem o que podem para proteger seus filhos.

No entanto, ao contrário do que reza a tradição cultural e lingüística, a “maternagem” não tem sexo. A maternagem se aprende fazendo. Não se tem claro que a orientação sexual influi ou determina as qualidades e o desempenho das funções parentais.

Homossexualidade refere-se ao exercício da sexualidade. Funções parentais não exigem o exercício da sexualidade. São esferas distintas da vida, que se cruzam por uma contingência. A reprodução, muito mais atrelada à sexualidade, pode ser um dos fatores que dão sentido à proximidade dessas duas esferas, bem como a conjugalidade e a afetividade. Trata-se portanto de uma particularidade, mas não uma anormalidade.

A pergunta que deve ser feita é no sentido da busca da melhor família possível para qualquer criança num dado momento não versa sobre a adequação entre orientação sexual e parentalidade. A maturidade emocional, flexibilidade e abertura; o compromisso de cada parceiro em relação ao outro e a estabilidade da relação; a experiência daqueles que desejam filhos com crianças, habilidade de distinguir as necessidades das crianças das suas próprias, e formas de sustento, estas sim, são variáveis definidoras da conveniência da parentagem.

Convém acrescentar que a capacidade de preparar o filho para enfrentar situações adversas, planejando respostas para situações conflitivas que possam ocorrer é uma habilidade importante para ser aferida quando da intenção de adotar uma criança ou conceder a guarda a algum homossexual.

Interessante a suposição de que, assim como entre pais que não são capazes de ter filhos biologicamente, as situações que despertam o olhar do outro impõem aos pais

homossexuais um tipo diverso de reflexão e de amadurecimento para os envolvidos diretamente: a cobrança e a vigilância, inclusive internas, são maiores em boa parte das vezes.

É consenso que desenvolvimento de crianças tem relação direta com a qualidade da atenção destinada às mesmas e do ambiente familiar favorável, o que independe do sexo dos membros do conjunto. Mas é fundamental a análise dos vínculos afetivos que constroem a rede em torno desta criança para garantir o pleno desenvolvimento destas crianças.

Por um prisma social, vida familiar seria o estar num ambiente onde a criança possa receber afeto, proteção e cuidados contínuos, sentindo-se segura. Ambiente esse que, ademais, venha a oportunizar a assimilação dos valores fundamentais da cultura de uma determinada sociedade, bem como o pleno desenvolvimento de suas potencialidades como sujeito e cidadão. Dessa forma, amplia a definição de família, desvinculando-a não apenas do modelo tradicional, mas da sexualidade.

Todos estes ajustes não pretendem dissimular as dificuldades encontradas pelos filhos de homossexuais. De pronto, a necessidade de guardar segredo, mesmo nos seus círculos mais próximos, o medo de trair o pai ou de ser alvo de zombarias cria uma penosa sensação de isolamento. O filho inevitavelmente recebe em plena face a homofobia dissimulada da sociedade. No entanto, sabe-se que é a convivência com a pluralidade de arranjos familiares que fará a sociedade assumir novas posturas e desfazer resistências. Portanto, espera-se minimização da homofobia com a maior expressão homossexual conquistada nos últimos anos e continuamente ampliada no contexto atual.

É fundamental que a equipe de assistência a essa população de crianças reconheça que sua constelação familiar pode ser motivo de estresse social extra no decorrer de seu desenvolvimento. Igual, é importante acessar tal condição com frequência, perguntando às crianças sobre o assunto, como lidam e manter diálogo aberto sobre sua família. Abordagens

diretas sobre dificuldades na escola, estigmatização, isolamento e tensões com os contatos dessas crianças podem permitir que essas crianças recorram a auxílio quando precisarem.

As crianças por si mostram-nos a importância de enfrentar a homofobia que eles experimentam e estimular o desenvolvimento e aplicação de políticas de mudança que reconheçam e auxiliem suas famílias.

Do ponto de vista de assistência à criança, em famílias homoparentais, é importante que uma vez diante desta condição o médico assistente considere o grau de entendimento da criança a respeito do assunto baseado no grau de desenvolvimento da criança, sua idade e nas relações estabelecidas com os membros de sua família. A literatura mostra que as crianças podem inicialmente manifestar raiva ou negação que após muda para depressão e por fim, aceitação. É importante aos prestadores de assistência à criança reconhecer que o entendimento das crianças de sua família e como a unidade familiar é vista pelos outros fora do seu contexto familiar pode não estar completamente desenvolvido. Importante também é reconhecer que diferentes membros da família podem encarar de forma mais ou menos confortável a própria identidade sexual ou do outro assim como a constelação familiar vigente. Auxiliar a criança a lidar com tais eventos é o papel da equipe de saúde a que estas crianças possam ser referidas.

Finalmente, nota-se do escopo do estudo que existe uma evidente polarização quanto aos achados das pesquisas sobre o assunto. Acreditamos que os dois pólos de argumentação estão certos, pelo menos parcialmente. As evidências proporcionam um vasto acumulado de informações sobre esta estrutura familiar particular e das crianças estudadas. Porém os artigos em questão concorrem com importantes limitações metodológicas.

O resumo geral, no entanto, é que estas crianças, de fato, estão indo tão bem quanto as crianças normalmente o fazem. Felizmente, as pesquisas têm se aperfeiçoado, e muito em

breve teremos respostas mais claras. Através destes anos, os métodos de pesquisa foram aperfeiçoados e a população homossexual tem se tornado mais fácil de estudar.

Encerra-se esta obra remetendo à uma declaração não identificada em um dos artigos no qual um pai homossexual expressa a respeito de sua realidade familiar.

“Eles continuam tentando normalizar-nos alegando que é como qualquer outra família. Não somos!: nossos filhos vão experimentar situações que outras família não terão. Uma vez que diferenças não são necessariamente déficits, nós precisamos, sim, de suporte adicional”.

Em concordância com este discurso, finda-se este trabalho com a expectativa que outros estudos concorram para agregar ao presente sobre a relação da sexualidade com a qualidade parental.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abdo, CHN; Oliveira Jr, WM; Moreira Jr, ED; Fittipaldi, JAS. Perfil Sexual da População Brasileira: resultado do estudo do comportamento sexual do brasileiro (ECOS). Revista Brasileira de Medicina. 2002; 59 (4): 250-257

Abramovay, M; Castro, MC; Silva, LR. Juventudes e sexualidade. Unesco: Brasília, 2004.

Achenbach, TM; Edelbrock CS. Behavioral problems and competencies reported by parents of normal and disturbed children aged four through sixteen. Monographs of the society for research in child development. 1981; 46 (1)

Allen, M; Burrell, N. Comparing the impact of homosexual and heterosexual parents on children: meta-analysis of existing research. Journal of Homosexuality. 1996; 32 (2): 19-35

American Psychological Association. Lesbian and gay parenting: a resource for psychologists [document]. 1995. Acessado em: [www.apa.org/p1/parent.html] em 12 de Agosto de 2010.

Andersen, N; Amlie, C; Ytteroy, EA. Outcomes for children with lesbian or gay parents. A review of studies from 1978 to 2000. Scandinavian Journal of Psychology. 2002; 43: 335-351

Ariel, J; McPherson, DW. Therapy with lesbian and gay parents and their children. Journal of Marital and family Therapy. 2000; 26 (4): 421-432

Azevedo, MA; Guerra, V. Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. Editora Iglu: São Paulo, 1989.

Badinter, E. XY: sobre a identidade masculina. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1993.

Bailey JM, Pillard RC, Dawood K, Miller MB, Farrer LA, Trivedi S, Murphy RL. A family history study of male sexual orientation using three independent samples. *Behavioral Genetics*. 1999; 29 (2) :79-86.

Bearman PS, Bruckner, H. Opposite-sex twins and adolescent same-sex attraction. *American Journal of Sociology*. 2002. 107: 1179-1205

Binger JJ, Jacobsen RB. Parenting behavior of homosexual and heterosexual fathers. *Journal of Homosexuality*. 1989; 18; 163-172

Bigner, JJ; Jacobsen, RB. The value of children to gay and heterosexual fathers. *Journal of Homosexuality*. 1989; 18 (1-2): 163-172

Bos, HMW; van Balen, F. Children in planned lesbian families: stigmatization, psychological adjustment and protective factors. *Culture, Health and Sexuality*. 2008; 10 (3): 221-236

Bos, HMW; van Balen, F; van den Boom, D. Experience of parenthood, couple relationship, social support and child-rearing goals in planned lesbian mother families. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*. 2004; 45 (4): 755-764

Bos, HMW; van Balen, F; van den Boom, DC. Lesbian families and family functioning: an overview. *Patient Education and Counseling*. 2005; 59: 263-275

Bos, HMW; van Balen, F; van den Boom, D. Child adjustment and parenting in planned lesbian-parent families. *American Journal of Orthopsychiatry*. 2007; 77 (1): 38-48

BRASIL. Diário Oficial de União, Resolução CFM nº 1657/2010, publicado em 06 de Janeiro de 2011, Seção I, p.79.

Brubaker, LL. Comment on Cameron and Cameron (2002): "Children of homosexual parents report childhood difficulties". *Psychological Reports*. 2002; 91: 331-332

Büntzly, G. Gay fathers in straight marriages. *Journal of homosexuality*. 1993; 24 (3-4): 107-114

Cameron, P. Homosexual parents: testing "common sense"- a literature review emphasizing the Golombok and Tasker longitudinal study of lesbian children. *Psychological Reports*. 1999; 85: 282-322.

Cameron, P. Children of homosexuals and transsexuals more apt to be homosexual. *Journal of Biosocial Science*. 2006; 38: 413-418

Cameron, P. Gay father's effect on children: a review. *Psychological Reports*. 2009; 104: 649-659.

Cameron, P; Cameron, K. Homosexual parents: a comparative forensic study of character and harms to children. *Psychological Reports*. 1998; 82: 1155-1191

Cameron, P; Cameron, K. Children of homosexual parents report childhood difficulties. *Psychological Reports*. 2002; 90: 71-82

Ciano-Boyce, C; Shelley-Sireci, L. Who is mommy tonight? Lesbian parenting issues. *Journal of Homosexuality*. 2002; 43 (2): 1-13

Clarke, V; Kitzinger, C; Potter, J. 'Kids are just cruel anyway': lesbian and gay parent's talk about homophobic bullying. *British Journal of Social Psychology*. 2004; 43: 531-550

Conselho Federal de Medicina [homepage na internet] Portal do Médico 2010. Brasília: 2011. Disponível em: http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21235:conselho-federal-estabelece-novas-normas-para-reproducao-assistida&catid=3. Acessado em: 14 de Janeiro de 2011.

D'Augelli, A.R. Developmental implications of victimization of lesbian, gay and bisexual youths. In G.M. Herek (Ed.) *Stigma and sexual orientation: understanding prejudice against lesbians, gay men and bisexuals*. 1998 Thousand Oaks, CA: Sage.

Downs, AC; James, SE. Gay, lesbian, and bisexual foster parents: strengths and challenges for the child welfare system. *Child Welfare*. 2006; 85 (2): 281-298

van Eeden-Moorefield, B; Lindsay, EW. Intergenerational effects of parental personality and relationship traits on mate choice among gay male and lesbian offspring. *Journal of Homosexuality*. 2005; 49 (1): 123-143

Fairtlough, A. Growing up with a lesbian or gay parent: young people's perspectives. *Health and Social Care in the Community*. 2008; 16 (5): 521-528

Freud, S. Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância. Editora Imago. Rio de Janeiro, 1997.

Gartrell, N; Rodas, C; Deck, A; Peyser, H; Banks, A. The national lesbian family study: 4. Interviews with the 10-year-old children. *American Journal of Orthopsychiatry*. 2005; 75 (4): 518-524

Gold, MA; Perrin, EC; Futterman, D; Friedman, SB. Children of gay or lesbian parents. *Pediatrics in Review*. 1994; 15 (9): 354-358

Goldberg, AE. (How) Does it make difference? Perspectives of adults with lesbian gay, and bisexual parents. *American Journal of Orthopsychiatry*. 2007; 77 (4): 550-562

Golombok, S. Unusual families. *Ethics, Law and Moral Philosophy of Reproductive Biomedicine*. 2005; 1 (1): 9-12

Golombok, S; Perry, B; Burston, A; Murray, C; Mooney-Somers, J; Stevens, M. Children with lesbian parents: a community study. *Developmental Psychology*. 2003; 39 (1): 20-33

Greenfeld, DA. Reproduction in same sex couples: quality of parenting and child development. *Current Opinion in Obstetrics and Gynecology*. 2005; 17: 309-312

Hamer DH, Hu S, Magnuson VL, Hu N, Pattatucci AM. A linkage between DNA markers on the X chromosome and male sexual orientation. *Science*. 1993; 261 (5119): 321-327.

Herek, GM. Legal recognition of same-sex relationships in the United States – a social science perspective. *American Psychologist*. 2006; 61 (6): 607-621

Hu S, Pattatucci AM, Patterson C, Li L, Fulker DW, Cherny SS, Kruglyak L, Hamer DH. Linkage between sexual orientation and chromosome Xq28 in males but not in females. *Nature Genetics*. 1995; 11 (3): 248-56.

Iervolino AC; Hines M; Golombok SE; Rust J, Plomin R. Genetic and environmental influences on sex-typed behavior during the preschool years. *Child Development*. 2005; 76: 826-840

James, WH. The sexual orientation of men who were brought up in gay or lesbian households. *Journal of Biosocial Science*. 2004; 36: 371-374

Julien, D; Jouvin, E; Jodoin, E; l'Archevêque, A; Chartrand, E. Adjustment among mothers reporting same-gender sexual partners: a study of a representative population sample from Quebec Province (Canada). *Archives of Sexual Behavior*. 2008; 37: 864-876

Junqueira, RD. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: UNESCO & BRASIL – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília, 2009.

King, BR. Ranking of stigmatization toward lesbians and their children and the influence of perceptions of controllability of homosexuality. *Journal of Homosexuality*. 2001; 41 (2): 77-96

(a) King, BR; Black, KN. Extend of relational stigmatization of lesbian and their children by heterosexual college students. *Journal of Homosexuality*. 1999; 37 (2): 65-81

(b) King, BR; Black, KN. College student's perceptual stigmatization of the children of lesbian mothers. *American Journal of Orthopsychiatry*. 1999; 69 (2): 220-227

Kirkpatrick, M. Comments on Dr. Walter R. Schumm's paper "What was really learned from Tasker and Golombok's (1995) study of lesbian and single parent mothers? *Psychological Reports*. 2004; 94: 1185-1186

Lynch, JM; Murray, K. For the love of the children: the coming out process for lesbian ad gay parents and stepparents. *Journal of Homosexuality*. 2000; 39 (1): 1-24

MacCallum, F; Golombok, S. Children raised in fatherless families from infancy: a follow-up of children of lesbian and single heterosexual mothers at early adolescence. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*. 2004; 45 (8): 1407-1419

Mallon, GP. Assessing lesbian and gay prospective foster and adoptive families: a focus on the home study process. *Child Welfare*. 2007; 85 (2): 67-86

McNair, R; Brown, R; Perlesz, A; Lindsay, J; de Vaus, D; Pitts, M. Lesbian parents negotiating the health care system in Australia. *Health Care for Women International*. 2008; 29: 91-114

Meezan, W; Rauch, J. Gay marriage, same-sex parenting and America's children. *The Future of Children*. 2005; 15 (2): 97-113

Morrison, TG. Children of homosexuals and transsexuals more apt to be homosexual: a reply to Cameron. *Journal of Biosocial Science*. 2007; 39: 153-154

Murray, PD; McClintock, K. Children of the closet: a measurement of the anxiety and self-esteem of children raised by a non-disclosed homosexual or bisexual parent. *Journal of Homosexuality*. 2005; 49 (1): 77-95

Neto AA, Saavedra LH. *Diga NÃO para o Bullying*. Rio de Janeiro: ABRAPI; 2004.

Orgibet, A; Le Heuzey, M-F; Mouren, M-C. Psychopathologie des enfants élevés en milieu homoparental lesbien: revue de la littérature. *Archives de pédiatrie*. 2008; 25: 202-210

Patterson, CJ. Children of lesbian and gay parents. *Child Development*. 1992, 63: 1025-1042

Perrin, EC; Kulkin, H. Pediatric care for children whose parents are gay or lesbian. *Pediatrics*. 1996; 97 (5): 629-635

Perry, B; Burston, A; Stevens, M; Golding, J; Steele, H; Golombok, S. Children's play

narratives: what they tell us about lesbian-mother families. *American Journal of Orthopsychiatry*. 2004; 74 (4): 467-479

Sadock, BJ. *Compêndio de Psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica*. Nona Edição. Artmed: Porto Alegre, 2007.

Schumm, WR. Re-evaluation of the “no differences” hypothesis concerning gay and lesbian parenting as assessed in eight early (1979-1986) and four later (1997-1998) dissertations. *Psychological Reports*. 2008; 105: 275-304

Selekman, J. Homosexuality in children and/or their parents. *Pediatric Nursing*. 2007; 33 (5): 453-457

Shiller, VM. Science and advocacy issues in research on children of gay and lesbian parents. *American Psychologist*. 2007: 712-713

Regan, PC; Ramirez, C. Decisions on child care: do sex and sexual orientation matter? *Psychological Reports*. 2000; 86: 922-924

Rice G, Anderson C, Risch N, Ebers G. Male homosexuality: absence of linkage to microsatellite markers at Xq28. *Science*. 1999; 284 (5414): 665-7.

Rivers, I; Poteat, VP; Noret, N. Victimization, social support, and psychosocial functioning among children of same-sex and opposite-sex couples in the United Kingdom. *Developmental Psychology*. 2008; 44 (1): 127-134

Tasker, F. Lesbian mothers, gay fathers, and their children: a review. *Developmental and Behavioral Pediatrics*. 2005; 26 (3): 224-240

Telingator, CJ; Patterson, C. Children and Adolescents of lesbian and gay parents. *Journal of American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*. 2008; 47 (12): 1364-1368

UNESCO. O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam...Editora Moderna: São Paulo. 2004.

Uziel, AP. Homossexualidade e adoção. Editora Garamond: Rio de Janeiro, 2007.

Vanfraussen, K; Ponjaert-Kristoffersen, I; Brewaeys, A. Why do children want to know more about the donor? The experience of youngsters raised in lesbian families. *Journal of Psychosomatic Obstetrics and Gynecology*. 2003; 24 (1): 31-38

Wainright, JL; Russel, ST; Patterson, CJ. Psychosocial adjustment, school outcome, and romantic relationships of adolescents with same-sex parents. *Child Development*. 2004; 75 (6): 1886-1898

Wainright, JL; Patterson, CJ. Delinquency, victimization, and substance abuse among adolescents with female same-sex parents. *Journal of Family Psychology*. 2006; 20 (3): 526-530

ANEXO

Tabela 1**Perspectiva geral dos artigos sobre famílias homoparentais (incluindo ou não avaliação das repercussões psicoemocionais para as crianças)**

Autores/Ano de Publicação	Metodologia	Amostra	Grupo controle	Medidas avaliadas	Resultados
BIGNER & JACOBSEN (1989)	Aplicação de questionários estruturados	33 pais gays	33 pais heterossexuais	Razões para desejar se tornar pai	Não houve diferença significativamente significativa entre os dois grupos
PATTERSON (1992)	Revisão de literatura	-	-	Identidade sexual, desenvolvimento pessoal e relações sociais de crianças com pais gays e lésbicas	Não há evidência de que o desenvolvimento de crianças com pais gays e lésbicas esteja comprometido em qualquer aspecto em comparação a crianças de famílias heterossexuais
BÜNTZLY (1993)	Entrevistas (não estruturadas) individuais, por correspondência ou em encontros de pais homossexuais	100 pais gays alemães	-	A percepção de homens gays que estão ou já estiveram inseridos em casamentos heterossexuais	Os homens gays inseridos em relações heterossexuais têm grandes dificuldades psicoemocionais
GOLD et cols (1994)	Revisão de literatura	-	-	Desenvolvimento psicológico, social e sexual de crianças homoparentais	Não há diferença do desenvolvimento quando comparado com crianças de famílias tradicionais
ALLEN & BURREL (1996)	Metanálise	18 artigos	-	Impacto comparativo da parentagem gay/lésbica e heterossexual	Os dados encontrados através da avaliação pelos pais, professores e filhos não indicaram existir diferença entre os dois grupos.
PERRIN & KULKIN (1996)	Aplicação de questionários estruturados	255 pais/mães homossexuais	-	Experiências que os pais e as crianças tiveram no sistema de assistência pediátrica	A maioria dos pais descreveu ausência de problemas durante o atendimento pediátrico relacionado á sexualidade dos pais.
CAMERON & CAMERON (1998)	Avaliação dos processos judiciais por disputa de custódia do(s) filho(s)	40 casos envolvendo pais homossexuais	38 casos envolvendo pais heterossexuais pareados com os casos da amostra e 18 casos com pais heterossexuais sem pareamento	Características dos pais homossexuais e heterossexuais e seus (suas) companheiros(as); ocorrência de traumas à criança; avaliação psiquiátrica dos envolvidos (quando houvesse)	Na literatura jurídica, pais homossexuais mostram-se piores e mais aptos a provocar danos às crianças que pais heterossexuais
KING & BLACK (1999a)	Aplicação de questionário estruturado com estudantes universitários	615 estudantes de duas universidades	-	Inclinação pessoal para relacionar-se e o grau de intimidade a que estariam	80-100% dos entrevistados estavam dispostos a ser conhecidos, amigos ou melhores amigos de filhos de lésbicas.

				dispostos a assumir tal relacionamento com filhos de lésbicas	Quanto maior o grau de intimidade menor a frequência de indivíduos dispostos a manter tal relacionamento. Mulheres mostraram-se mais receptivas que os homens.
KING & BLACK (1999b)	Aplicação do CBCL indicando que o entrevistado o respondesse julgando o que supunha encontrar para duas criança hipotéticas: uma filha de uma mãe lésbica em comparação com outra filha de uma mãe heterossexual (ambas divorciadas)	338 estudantes universitários	-	Problemas comportamentais	Os respondentes atribuíram mais comportamentos disfuncionais em vários domínios para o filho da mãe lésbica.
CAMERON (1999)	Avaliação de estudos prévios sobre o assunto	-	-	Busca por vieses dos estudos para desconstruir a idéia de que não há implicações negativas para a criança inserida em contextos homoparentais	Os achados prévios de diferenças estatisticamente não significantes devem-se a erros tipo 2 criados pelo uso de amostras de conveniência, inadequação na aferição das variáveis pesquisadas e manipulação dos resultados pelos pesquisadores simpáticas à “causa homossexual”.
LYNCH & MURRAY (2000)	Entrevista semi-estruturada com pais gays e lésbicas	23 pais	-	Avaliar a decisão e o processo de revelação da homossexualidade aos filhos e outras pessoas importantes para a família	O processo de revelação da homossexualidade é flexível e variável, primariamente influenciado pelas repercussões para a vida dos filhos
REGAN & RAMIREZ (2000)	Entrevista na qual ao participante era apresentado o perfil de quatro diferentes pessoas (mulher heterossexual, mulher homossexual, homem heterossexual e homem homossexual) e perguntada a qual ele estaria mais disposto a deixar um filho sob os cuidados	78 homens ou mulheres	-	O impacto do sexo e da orientação sexual na percepção social das habilidades para cuidar de crianças	A grande maioria dos participantes preferiu e sentiu-se mais confortável em deixar seus filhos aos cuidados de uma mulher heterossexual, seguido pela mulher homossexual, pelo homem homossexual e em última lugar os homens heterossexuais.
ARIEL & McPHERSON (2000)	Relato de casos	4 casos	-	Explorar questões clínicas	Cada família em única em suas

				e sociais enfrentadas por muitos tipos diferentes de famílias gays e lésbicas	particularidades. Duas condições importantes marcam a realidade das famílias homoafetivas: o esforço continuado de criar um ambiente saudável e garantir a liberdade individual e a coesão familiar; e o preconceito social que devem encarar continuamente
KING (2001)	Aplicação de questionário estruturado	243 participantes	-	Comparar a estigmatização de lésbicas e seus filhos com outros indivíduos em condições tradicionalmente estigmatizantes e seus filhos.	Participantes demonstraram maior disposição para estabelecer relacionamentos com os filhos que com os indivíduos portadores da condição estigmatizante em si; lesbianismo esteve entre as condições mais estigmatizantes pelos indivíduos arrolados no estudo; participantes que declararam acreditar que a homossexualidade é uma condição controlável estavam menos dispostos que assumir relacionamento com lésbicas ou seus filhos.
CIANO-BOYCE & SHELLEY-SIRECI (2002)	Aplicação de questionário estruturado	18 mães adotivas lésbicas, 49 mães biológicas lésbicas	44 pais adotivos heterossexuais	Aferir como os pais do estudo encaravam e avaliavam a paternidade/maternidade, como eles administravam a escolha do filho por um ou outro do casal para atividades específicas	Os casais lésbicos, especialmente nos de adoção, apresentaram divisão mais homogênea nas tarefas de cuidado com o(s) filho(s). Em todos os casos de casais independente da orientação sexual da dupla, a criança elegeu os pais para diferentes atividades. Para as famílias lésbicas que adotaram essa escolha eventualmente causava conflito entre o casal.
ANDERSEN et cols (2002)	Revisão de literatura	23 estudos publicados entre 1978 e 2000	-	Repercussões da homoparentalidade para as crianças	Filhos de mães lésbicas ou pais gays não apresentaram diferenças sistemáticas em comparação com outras crianças para qualquer variável
CAMERON & CAMERON (2002)	Revisão dos achados de estudos prévios	-	-	Vieses dos estudos prévios	Os achados são inconsistentes com as proposições que crianças criadas por pais homossexuais não diferem consideravelmente de outras vinculadas a lares tradicionais ou que filhos de homossexuais não estão mais aptos a serem homossexuais.
BRUBAKER (2002)	Resposta ao estudo anterior	-	-	-	As conseqüências negativas apresentadas por Cameron & Cameron (2002) não constituem fatores relevantes para

					desfecho negativo.
GOLOMBOK et cols (2003)	Entrevista e aplicação de questionário estruturado às mães, companheiras, pais, crianças e professores	39 famílias com mãe lésbicas (amostra populacional randomizada)	74 famílias heterossexuais tradicionais e 60 famílias monoparentais heterossexuais	Qualidade da relação pais-filhos e o desenvolvimento socioemocional e sexual	Os achados estão em acordo com os achados de investigações anteriores no qual a relação das mães com as crianças independente da orientação sexual é positiva e as crianças bem ajustadas em todos os grupos.
VANFRAUSSEN et cols (2003)	Entrevistas semi-estruturadas	41 filhos de mães lésbicas fecundados por inseminação artificial	-	Explorar a motivação que alguns filhos por inseminação artificial tem para buscar conhecer os doadores de sêmen enquanto outros não o tem; estabelecer se a auto-estima, ajustamento sócio-afetivo e a qualidade da relação com a mãe pode estar relacionado a este desejo;	Para os que buscaram informações a maior motivação foi curiosidade; não houve diferença entre o grupo que desejou e o que não desejou conhecer o doador.
BOS, van BALEN, van den BOOM (2004)	Aplicação de questionários e diário de atividades	200 famílias com duas mães lésbicas	100 famílias heterossexuais	Examinar os fatores que geram diferenças no desenvolvimento de crianças entre os duas estruturas familiares pesquisadas	Mães lésbicas não são menor competentes que pais heterossexuais. As mães lésbicas sentem-se mais pressionadas socialmente a conduzirem as crianças em um bom desenvolvimento.
MacCALLUM & GOLOMBOK (2004)	Entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionários às mães, crianças e professores	25 famílias de lésbicas	38 famílias de casal heterossexual e 38 família monoparentais com mães heterossexuais	Qualidade da parentagem exercida pelas mães, o desenvolvimento social e emocional das crianças	Não houve diferença no desenvolvimento das crianças. A orientação sexual materna não influenciou a identificação sexual dos filhos.
KIRPATRICK (2004)	Carta ao editor	-	-	-	A qualidade da parentagem não está vinculada à sexualidade dos pais: outros fatores são mais importantes.
CLARKE et cols (2004)	Análise de entrevistas televisivas com pais homossexuais	6 entrevistas	-	Aferir a ocorrência de bullying pelos filhos em entrevistas de pais gays ou lésbicas e como enfrentaram tal situação	Os entrevistados minimizaram a prevalência e o efeito do bullying uma vez que assumiram discurso defensivo quanto á qualidade da parentagem exercida por homossexuais
WAINRIGHT et cols (2004)	Aplicação de instrumentos validados	44 adolescentes de famílias	44 adolescentes de famílias	Avaliar a associação do tipo de família (casal	O ajustamento psicossocial e o desempenho acadêmico não sofreram

		compostas por casais homossexuais	tradicionais	homossexual <i>versus</i> heterossexual) em relação a relacionamentos intrafamiliares, ajustamento psicossocial, desempenho acadêmico, relacionamentos afetivos e comportamento dos adolescentes inseridos nessas famílias	influencia do tipo familiar, bem como os relacionamentos afetivos e o comportamento sexual. O que mostrou diferença foi a qualidade do relacionamento pai-filho: quanto melhor a relação parental, melhor o ajustamento escolar do filho.
JAMES (2004)	Carta ao editor	-	-	-	As pesquisas disponíveis não permitem estabelecer relação entre a orientação sexual dos pais e a formação da identidade sexual dos filhos homens criados nesses lares homossexuais.
PERRY et cols (2004)	Abordagem das crianças para contarem suas histórias pessoais através de narrativas	38 crianças de famílias de lésbicas	73 filhos de casais heterossexuais; 58 filhos de mães heterossexuais solteiras	Qualidade da relação mãe-filho e ajustamento psicossocial das crianças	Não houve diferença estatisticamente significativa entre os grupos
MURRAY & McCLINTOCK (2005)	Uso de instrumentos padronizados	36 filhos de lésbicas e 22 filhos de pais gays ou bissexuais	-	Avaliar o quanto a não revelação da homossexualidade dos pais aos filhos pode influenciar em sua auto-estima e ansiedade.	O segredo acerca da sexualidade de seus pais foi maléfico para os filhos na medida em que comprometeram sua capacidade de confiar nos outros e determinou piora do vínculo com os pais pela sensação de deslealdade
MEEZAN & RAUCH (2005)	Revisão de literatura	-	-	Casamento homossexual, homoparentalidade e a relação com os filhos desses casais	A regulamentação do casamento homossexual é importante na medida em que proporciona à criança benefícios sociais e econômicos, aumenta a durabilidade e a estabilidade dos relacionamentos homossexuais e garante respeito e maior aceitação social
GOLOMBOK (2005)	Transcrição de palestra	-	-	Descrever as consequências sociais da maternidade lésbica e das famílias dirigidas por mulheres heterossexuais solteiras ou divorciadas	O que importa definitivamente para o bom desenvolvimento das crianças não é a orientação sexual das mães mas a qualidade da vida em família como um todo.
BOS, van BALEN, van den BOOM (2005)	Revisão de literatura	44 estudos incluídos	-	Avaliar os achados referentes às implicações	Os estudos indicaram que tanto as famílias como o desenvolvimento das

		publicados entre 1978 e 2003		da homoparentalidade lésbicas para o desenvolvimento dos filhos	crianças nelas inseridas é muito parecido. Entretanto é estigmatização é uma especificidade com a qual as famílias lésbicas tem que lidar continuamente.
TASKER (2005)	Revisão de literatura	35 artigos	-	Avaliação da relação entre as variáveis: tipo de família, vínculo parental com as crianças, enfrentamento do heterossexismo e homofobia	Não há evidência de que crianças experimentam dificuldades devido ao fato de serem criados por mães homossexuais, com a ressalva de que é importante lembrar que há variação entre as famílias e os indivíduos.
GARTRELL et cols (2005)	Estudo longitudinal; aplicação de instrumentos validados: CBCL; entrevistas semi-estruturadas com as mães e as crianças	74 famílias de lésbicas cuja concepção do filho ocorreu por inseminação artificial;	-	Prevalência de abuso físico e sexual; desenvolvimento psicossocial; relacionamento com os pais	A prevalência de abuso físico e sexual foi menor que os dados nacionais (EUA); sem alterações no tocante ao desenvolvimento psicoemocional; 43% dos casos evidência ocorrência de homofobia; as crianças demonstraram entendimento sofisticado acerca da diversidade e tolerância.
van EEDEN-MOOREFIELD & LINDSEY (2005)	Entrevista semi-estruturada	33 casais de lésbicas e 54 casais gays	-	Examinar a relação entre a identificação parental e a escolha dos parceiros	Houve relação significativa entre a personalidade dos pais e a do parceiro eleito para a união estável estabelecida
GREENFELD (2005)	Revisão de literatura	-	-	Avaliar a qualidade da parentagem exercida por mães lésbicas e pais gays bem como o desenvolvimento dessas crianças	A literatura confirma a noção de que filhos de mães lésbicas e pais gays não são pais aptos a se tornar homossexuais e não são diferentes em termos de desenvolvimento da psicoemocional e de identidade de gênero que aqueles inseridos em contextos tradicionais.
HEREK (2006)	Revisão de literatura	-	-	Avaliar os estudos das ciências sociais e do comportamento disponíveis acerca da temática homoparental	Relações homossexuais e heterossexuais não diferem nas dimensões psicossociais essenciais: a orientação sexual dos pais não está relacionada com a capacidade de cuidar de uma criança; o casamento garante benefícios substanciais do ponto de vista psicológico, social e de saúde.
WAINRIGHT & PATTERSON (2006)	Uso de escalas padronizadas	44 adolescentes filhos de casal de lésbicas	44 adolescentes filhos de casal heterossexual	Prevalência de delinquência, vitimização e uso de substância entre os adolescentes estudados	Os adolescentes estavam bem ajustados independentemente do tipo de família. Diferente do tipo de família, a qualidade da relação pai-filho obteve relação estatisticamente significativa em relação à comportamento delinquente e uso de substâncias.

CAMERON (2006)	Busca por livros sobre por filhos adultos de homossexuais ou transexuais descrevendo	77 filhos adultos de pais homossexuais recrutados por 3 diferentes investigações	-	Avaliar a influência da orientação sexual dos pais na identificação sexual dos filhos	30% dos filhos de homossexuais eram homossexuais, indicando que a orientação sexual dos pais influencia seus filhos
DOWNS & JAMES (2006)	Aplicação de questionário estruturado	60 pais adotivos gays	-	Avaliar os desafios e sucessos no processo de adoção de crianças por indivíduos homossexuais	Os desafios primários incluem insensibilidade e crença de impropriedade da concessão do direito de adoção por parte dos profissionais envolvidos no processo de adoção.
SHILLER (2007)	Carta ao editor	-	-	-	Deve-se avaliar com muito cuidado os dados apresentados até o momento a respeito das pesquisas com famílias homoparentais pelas limitações metodológicas que apresentam.
MORRISON (2007)	Carta ao editor	-	-	-	Comenta sobre Cameron (um dos maiores críticos da homoparentalidade) alegando que suas pesquisas e conclusões estão influenciadas pela homofobia defendida pela instituição presidida por ele mesmo: uma organização conservadora cuja missão é preservar a moral da sociedade americana e a família tradicional.
CAMERON (2007)	Resposta ao artigo anterior	-	-	-	A experiência clínica, os estudos publicados por outros e os executados pelo próprio autor foi os determinante para a inclinação contrária à homoparentalidade.
SELEKMAN (2007)	Revisão de literatura	-	-	Avaliar as implicações da homossexualidade e homoparentalidade para os indivíduos e seus filhos respectivamente	Homossexualidade é uma característica individual, sem caracterizar um “defeito” do indivíduo. Os filhos de pais homossexuais são tão bem ajustados quanto quaisquer outros indivíduos em quaisquer outras circunstâncias.
MALLON (2007)	Revisão de literatura	-	-	Indicar como se dá o processo de concessão de autorização para adoção a indivíduos ou casais homossexuais	O que importa em um processo de avaliação individual e da família para adoção são as características do indivíduo; para os homossexuais, a maneira como lidam com sua própria homossexualidade deve ser aferida e
BOS, van BALEN, van den BOOM (2007)	Aplicação de instrumentos validados	100 famílias com duas mães	100 famílias heterossexuais	Ajustamento das crianças, características parentais e	O ajustamento das crianças não está relacionado com o tipo de família, mas é

		lésbicas		desenvolvimento dos filhos	tão maior quanto maior for a habilidade de assertividade, preocupação dos pais para com os problemas dos filhos e satisfação com o parceiro enquanto co-responsável pela criança
GOLDBERG (2007)	Aplicação de questionário estruturado	46 filhos adultos de pais gays	-	Percepção dos entrevistados quanto à experiência de ter crescido com pais homossexuais	A experiência da homoparentalidade proporcionou aos indivíduos entrevistados percepção de maior tolerância e “mente aberta” além de idéias mais flexíveis a respeito da sexualidade . Alguns participantes revelaram problemas com a demora dos pais em se assumir como homossexuais, em ocorrência de bullying e provocações variadas.
SCHUMM (2008)	Revisão de literatura	Oito dissertações publicadas entre 1979-1986 e quatro entre 1997-1998	-	Re-avaliar os trabalhos mais referenciados no sentido de confirmar e não a hipótese da ausência de diferença entre o desenvolvimento de crianças filhas de homossexuais e heterossexuais	Inúmeros vieses foram detectados na análise das pesquisas revisadas; e os achados sugerem que a orientação sexual dos pais pode, sim, estar associada à orientação sexual dos filhos e o comportamento sexual quando adultos, dentre outras consequências.
McNAIR et cols (2008)	Aplicação de questionário estruturado	20 famílias de lésbicas	-	Avaliação da assistência pelo sistema de saúde australiano a esse grupo específico da população	A maioria das famílias preferiu manter sigilo sobre sua estrutura familiar (revelar sua homossexualidade) para garantir boa assistência e proteger a criança
JULIEN et cols (2008)	Uso de escalas padronizadas	Amostra populacional: 179 mulheres lésbicas ou bissexuais	179 mulheres heterossexuais (pareados com os casos)	Ajustamento das mulheres quanto à sua sexualidade, qualidade do relacionamento com os filhos	Não houve diferença no tocante á orientação sexual e o ajustamento psicológico bem como na qualidade do relacionamento com os filhos. Mulheres com rede social mais ampla mostraram níveis significativamente menores de problemas com as crianças.
RIVERS et cols (2008)	Uso de escalas padronizadas	18 estudantes entre 12-16 anos com famílias constituídas por casal de lésbicas	18 estudantes entre 12-16 anos com famílias constituídas por casal heterossexual; amostra geral de estudantes	Aferidas variáveis referentes a vitimização, suporte social e funcionamento psicológico	Não houve diferenças estatisticamente significantes entre os grupos estudados para qualquer das variáveis pesquisadas.

ORGIBET et cols (2008)	Revisão de literatura	-	-	Repercussão da homoparentalidade no tocante a identificação sexual, desordens psicopatológicas e relações sociais.	A metodologia científica empregada nos artigos está sujeita a controvérsias o que implica na impossibilidade de estabelecer constatações definitivas a respeito do assunto pesquisado.
BOS, van BALEN (2008)	Estudo longitudinal; Uso de escalas padronizadas	63 crianças entre 8 e 12 anos de famílias de lésbicas (vivendo nesse contexto familiar desde o nascimento)	-	Aferir a experimentação de estigmatização e a influencia de fatores protetores para o ajustamento psicossocial das crianças	Foi observado baixo nível de estigmatização na amostra; os meninos relataram mais frequentemente exclusão pelos pares pelo fato de ter duas mães lésbicas; Nível mais alto de estigmatização esteve associado a maior hiperatividade em meninos e mais baixa auto-estima em meninas. Ter contato freqüente com outras crianças na mesma condição familiar é fator protetor contra a influencia negativa da estigmatização na auto-estima.
FAIRTLOUGH (2008)	Avaliação das histórias de vida elaboradas pelas próprias crianças	67 histórias de crianças de 13 anos ou mais inseridas em contextos homoparentais publicadas em antologias previamente publicadas no Reino Unido, Estados Unidos e Nova Zelândia	-	Explorar as percepções e significados que as crianças atribuem a sua experiência em relação à sexualidade dos pais	As crianças relataram que experimentaram atitudes e comportamentos homofóbicos tanto no contexto institucional, familiar ou dos colegas.
TELINGATOR & PATTERSON (2008)	Revisão de literatura	-	-	Identificar as maneiras pelas quais as famílias homossexuais alcançam a parentalidade, as características dessas famílias e oferecer sugestões para a abordagem clínica de crianças que tenham pais homossexuais	Apesar de que cada situação é única, o psiquiatra da infância e adolescência tem um importante papel na criação de espaço onde essas crianças e suas famílias possam estar livres para falar sobre suas experiências assim como seus problemas e no auxílio dessas famílias em trabalhar através dos desafios que possam encontrar.
CAMERON (2009)	Revisão de literatura	9 estudos	-	Questionar a perspectiva da ausência de risco da	As crianças inseridas em contextos homoparentais têm interesses e dedicam-

homoparentalidade para as crianças expostas a esta condição. se mais a atividades homossexuais; estão mais inclinados a abuso de substâncias; menos aptos a envolverem-se em relacionamentos afetivos e a casarem-se; são mais frequentemente expostos a abuso sexual e são portadores de dificuldades emocionais com maior frequência.
